



om
ma
nuel

Per gracia de ds Rey de portugal e
de Algarues da quem e da leu
mar em africa e senhor de guinea
e da conquista Nauegacão e comer
cio de ethiopia arabia persia e da
India Aquantas esta carta de foral
dado pera sempre a terra e concelho
de mortuaga virem fazemos saber
que por bem das sentencas e de ter
mynacoes leuaes e especiaes q
foram dadas e feitas per nos e co
os do nosso conselho e leterade

Ricardo Alexandre Gomes Moreira

Despertar Mortágua:

Projeto de construção de um Arquivo e Museu Municipal e criação de uma Rota de Moinhos de Água

Dissertação de Mestrado em Política Cultural Autárquica, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Coelho e coorientada pela Professora Doutora Maria do Rosário Morujão, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



• U • C •

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Despertar Mortágua

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Despertar Mortágua: Projeto de construção de um Arquivo e Museu Municipal e criação de uma Rota de Moinhos de Água
Autor	Ricardo Alexandre Gomes Moreira
Orientador	Professora Doutora Maria Helena Coelho
Coorientador	Professora Doutora Maria do Rosário Morujão
Júri	Presidente: Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto
	Vogais:
	1. Doutor Saul António Gomes Coelho da Silva
	2. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho
Identificação do Curso	2º Ciclo em Política Cultural Autárquica
Data da Defesa	10-01-2014
Classificação	17 Valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

"El conocimiento nos hace responsables."
Ernesto Che Guevara

Sumário

Resumo	ix
Abstract.....	x
Introdução	1
1. Justificação do tema.....	2
2. Metodologia de trabalho	3
3. Estrutura da dissertação	4
Capítulo I – Concelho de Mortágua, Turismo, Património Cultural e Desenvolvimento Sustentável.....	6
1. Município de Mortágua.....	6
2. Turismo	8
3. Património Cultural.....	10
4. Desenvolvimento Sustentável	12
Capítulo II – O Arquivo.....	16
1. Importância e bases da Arquivística	16
2. Arquivo - definição e função.....	18
3. Arquivo Municipal.....	19
4. O documento no Arquivo.....	21
4.1. Teoria das Três Idades.....	21
4.2. Princípio de proveniência	22
5. Gestão em Arquivo	23
6. Um olhar pelo Arquivo de Mortágua	25
6.1. O Depósito da Garagem dos Paços do Concelho A	26
6.2. Depósito da Garagem dos Paços do Concelho B	26
6.3. Depósito da Biblioteca Municipal de Mortágua.....	27
7. Saramago – a sua visão de arquivo – a realidade existente.....	27
7.1. Organização	28

7.2. Conservação	29
7.3. Avaliação e seleção documental.....	30
7.4. Local de Arquivo	30
Capítulo III – O Museu	32
1. Origem e história do Museu	32
2. Emergência de uma nova era museológica – a nova museologia	35
3. Ecomuseu – da comunidade para a comunidade.....	39
4. Museus como pólo de desenvolvimento local	42
Capítulo IV – Apresentação e Análise do Inquérito aos Municípios.....	46
1. Objetivo, metodologia e balanço da aplicação.....	46
1.1. Objetivo	46
1.2. Metodologia.....	46
1.3. Balanço da aplicação	47
2. Resultados do inquérito.....	47
Capítulo V - Construção de um Arquivo e Museu Municipal em Mortágua	66
1. Projeto “Despertar Mortágua” – Construção de um Arquivo e Museu Municipal .	66
1.1. Razões.....	67
1.2. Objetivos.....	67
1.3. Modo de atuação.....	68
1.3.1. Pré-construção do edifício	68
1.3.2. Pós-construção do edifício	69
1.4. Estratégia e medidas	69
2. Alternativa ou complemento museológico.....	70
Capítulo VI – Moinhos de Água.....	72
1. Relação homem, natureza, tecnologia e moinhos de água.....	72
1.1. O homem e a vivência em torno dos moinhos	72
1.2. Percurso histórico dos moinhos de água	73

2. Tipologia de moinhos de água	75
2.1. Moinhos de roda horizontal ou rodízio	75
2.2. Moinhos de roda vertical ou azenha	75
3. Moinhos de água do Reguengo - Mortágua	76
4. Reabilitação dos moinhos de água	86
4.1. Estado atual dos moinhos de água.....	86
4.2. Interesse em reabilitar e reconverter os moinhos de água.....	87
4.3. A reconstrução/reabilitação	88
5. Proposta de uma rota de moinhos de Mortágua	90
Conclusões e considerações finais	92
Referências bibliográficas.....	96
Índice de gráficos, ilustrações e quadros	105
Índice de gráficos	105
Índice de ilustrações	106
Índice de tabelas	107

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero expressar os meus agradecimentos à minha orientadora, Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, docente da Universidade de Coimbra, pelo cuidado e rigor científico, manifestado ao longo da orientação; à coorientadora Professora Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão, docente da Universidade de Coimbra, pela sua dedicação e disponibilidade manifestada em acompanhar e coorientar de forma rigorosa, competente e amiga, a presente dissertação. Um agradecimento especial ao Dr. Afonso Abrantes e ao Dr. Ricardo Pardal, membros do antigo executivo da Câmara Municipal de Mortágua (Presidente e Vice-presidente), por me terem facultado várias informações fundamentais para a elaboração deste trabalho; à Dr.^a Margarida, colaboradora da Câmara Municipal de Mortágua, pelo seu interesse e ajuda disponibilizada.

Ainda um agradecimento ao Dr. Rui Parada, Presidente do Agrupamento de Escolas de Mortágua, pelo apoio prestado na recolha de dados a utilizar neste trabalho.

Gostaria de deixar uma saudação especial ao presidente da Câmara Municipal de Arganil, Engenheiro Ricardo Pereira Alves, pela confiança que em mim depositou, permitindo que adquirisse experiência profissional na área de arquivo, contributo fundamental para a execução deste projeto.

Ao meu pai e à minha mãe, pelo estímulo criado nas horas menos fáceis.

À minha namorada, pelo apoio, incentivo e perseverança constante, pela amizade, ao longo destes anos de trabalho.

A todos deixo a minha gratidão pelo apoio e compreensão.

Resumo

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Política Cultural Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O objetivo deste estudo é dar a conhecer a importância do património arquivístico, do património museológico e do património molinológico, e a potencialidade que estes têm na promoção do turismo e no desenvolvimento local.

A dissertação tem em vista a elaboração de um projeto intitulado “Despertar Mortágua” que pretende promover e dinamizar o património cultural de Mortágua.

Este projeto inclui a proposta de criação de um arquivo e museu municipal em Mortágua, procurando assegurar a função de salvaguarda e promoção do património arquivístico e do património museológico. Para além de discutir a importância funcional e o papel de um arquivo e de um museu municipal, procura alternativas na área da museologia, que permitam a valorização, a educação e o aumento do conhecimento da comunidade local através da ecomuseologia.

O projeto envolve também uma análise e reflexão sobre o estado em que se encontram os moinhos de água tradicionais em Mortágua, com um breve apontamento sobre a possibilidade de os requalificar, como meio de divulgação e enriquecimento dos locais onde se encontram inseridos.

Visa-se ainda evidenciar a importância que a cultura poderá exercer na vida dos mortaguenses, procurando a melhoria da qualidade de vida da população local, com o objetivo de transformar a cultura num complemento da atratividade turística. Trata-se de um projeto pensado para assegurar e transmitir a memória de tradições e histórias protagonizadas pelas diversas gerações que vivem e viveram em Mortágua.

Palavras-chave: Arquivo, cultura, ecomuseu, moinho de água, museu e turismo

Abstract

The present work was developed under the Master in Municipal Culture Policy to be submitted at the Faculty of Letters of the Coimbra University. The aim of this study is to present the importance of the archival, museological and water mill heritage and the potential they have in promoting tourism and local development.

This thesis aims at the development of a project named "Wake Mortágua" which aims to promote and foster the cultural heritage of Mortágua.

This project comes as the proposal to create a municipal archive and museum in Mortágua, seeking to ensure the function of safeguarding and promoting the archival and museological heritage. In addition to discussing the importance and functional role of a municipal archive and museum, this project seeks alternatives in the area of museology, allowing the appreciation, education and increased knowledge of the local community through ecomuseology.

This design features also analyze and reflect on the conditions in which are the traditional water mills in Mortágua with a brief note about the possibility of reclassifying them as a means of promotion and enrichment of the places where they are inserted.

This is a project that emerges as the proposal to highlight the importance that culture plays in the lives of local populations, seeking to improve their quality of life with the goal of adding culture to the touristic attractiveness. It is designed to secure and transmit the memory of traditions and stories enthralled by the various generations who live and have lived in Mortágua.

Keywords: archive, culture, ecomuseum, water mill, museum and tourism

Introdução

No âmbito do Mestrado em Política Cultural Autárquica, lecionado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), elabora-se esta dissertação, resultado de uma investigação pessoal, em que apresento um projeto de criação de um Arquivo e Museu Municipal e de uma Rota de Moinhos de Água em Mortágua.

Este projeto, intitulado “Despertar Mortágua”, tem como objetivo elaborar um plano de dinamização do património cultural de Mortágua. Penso que este se está a perder continuamente, quer pelo desinteresse por vezes manifestado pela comunidade e pelo poder local, quer pela sua degradação constante, ou ainda fruto da falta de investimento (por parte de particulares e de autarquias locais). No entanto, este trespassar de abandono vinca uma imagem negativa da prática do município, que tem no património cultural a sua memória enquanto ícone identitário da região.

Com este trabalho pretendo contribuir para a recuperação e valorização económica do património cultural mortaguense que será seguramente motivo de orgulho para as gentes deste concelho, que assim poderão transmitir às gerações vindouras a história do município.

Dada a elevada concentração de dados históricos sobre Mortágua, pretende-se definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico baseado na preservação do património arquivístico, museológico e molinológico. A opção pela escolha do património cultural como polo turístico prende-se com a necessidade de, no âmbito necessariamente limitado de uma tese de Mestrado, demonstrar a aplicabilidade do referido modelo, o qual poderá posteriormente ser generalizado numa política cultural autárquica.

A temática aqui abordada foca o património cultural do município enquanto valor patrimonial regional, inserindo-o num novo contexto de relação económico-turística, transportando-o para um nível completamente distinto daquele que esteve subjacente à sua génese. Por outras palavras, como alternativa ao constante desinteresse pelo património cultural e à sua degradação, caberá conferir-lhes uma nova finalidade económica, “vendendo” e transmitindo memórias identitárias e patrimoniais, oferecendo um produto turístico, até agora ausente na vila de Mortágua.

Neste contexto, a construção de um Arquivo e Museu Municipal pode constituir um elemento fundamental na divulgação do respetivo património local, no qual se reflete e se encontra a história, a tradição e a imagem de Mortágua, onde os visitantes possam perceber como se trabalhou e viveu naqueles lugares, o que se produziu, as histórias que se contavam, as tradições das gentes. Estes espaços não só se inscrevem num esforço de manter a memória do passado, mas também afirmam um território e dinâmicas que contribuem para o presente e para o futuro e, nesse sentido, participam amplamente na reflexão sobre o desenvolvimento.

Por seu lado, a implementação de uma Rota de Moinhos de Água, sustentada numa filosofia de recuperação de moinhos abandonados, para além de envolver as potencialidades atrás referidas, permitirá ao visitante e ao munícipe usufruir do lazer naturalmente oferecido pelas paisagens envolventes do referido património.

Considerando a cultura algo que identifica um povo, uma região ou mesmo um grupo de pessoas, a sua prática torna-se necessária como um elemento aglutinador e mesmo, identitário. A finalidade deste projeto passará por reunir atividades capazes de envolver toda a sociedade, de forma a partilhar o que de uma maneira ou de outra nos une: a cultura.

Este projeto tem por objetivo “despertar” o interesse dos mortaguenses pela cultura. “Provocar”/“criar” uma certa necessidade ao público sobre a importância de consumir cada vez mais um bem tão precioso e, ao mesmo tempo, educar e sensibilizar os destinatários sobre a urgência em defender as nossas tradições e o património – valorizando-o – enquanto atividade turística e cultural.

1. Justificação do tema

O título dado à dissertação foi *Despertar Mortágua - Projeto de construção de um Arquivo e Museu Municipal e criação de uma Rota de Moinhos de Água*, pois pretende-se nele identificar os elementos culturais que podem vir a dinamizar de forma sustentável o turismo no município, sem que este perca a sua identidade.

A escolha do município de Mortágua para a aplicação deste projeto centra-se essencialmente em duas razões. A primeira é o facto de estudar a terra onde habito,

creci e fiz a minha formação escolar. A segunda é entender que este concelho está recheado de “tesouros” culturais e turísticos que estão por descobrir e divulgar.

De facto, com a evidente desertificação dos concelhos do interior, a cultura, vista como a semente do turismo, poderá constituir um dos fatores mais proeminentes como alavanca económica de uma região.

É intenção da dissertação desenvolver e validar algumas hipóteses lógicas, passíveis de verificação empírica, bem como propor uma estratégia adequada de preservação e valorização do património cultural local na sua dinamização e na promoção do turismo.

2. Metodologia de trabalho

Durante o processo de investigação é fundamental definir um plano do trabalho a realizar, que se inicia com a elaboração do projeto e continua até à publicação das descobertas ou disponibilização das mesmas sob a forma escrita (Moreira, 1994).

O método utilizado neste trabalho resumiu-se à pesquisa bibliográfica e documental e à pesquisa exploratória de terreno.

No início foi fulcral a pesquisa bibliográfica, que implicou necessariamente a recolha de publicações sobre metodologias de trabalho e de obras várias nos domínios da Arquivística, Museologia, Molinologia, Cultura, Património e Turismo.

No que diz respeito à fonte documental, envolveu a recolha de folhetos informativos, mapas e documentos oficiais que permitiram uma caracterização hidrográfica do município e compreender a política cultural existente.

Uma boa parte do projeto foi desenvolvido de acordo com pesquisas no terreno e consubstanciou-se na realização de um questionário dirigido aos mortaguenses, de modo a aferir as suas preferências e aspetos que mais valorizam, e na inventariação do património arquivístico e molinológico existente no concelho de Mortágua.

3. Estrutura da dissertação

A dissertação aqui apresentada está distribuída por seis capítulos.

Capítulo I – O Concelho de Mortágua, o Turismo, o Património Cultural e o Desenvolvimento Sustentável

Neste capítulo será feita uma breve apresentação do concelho de Mortágua, procurando expor as linhas gerais da sua história, a sua localização, as figuras importantes da terra. Também inclui uma reflexão dedicada ao conceito de turismo e à sua relação com a cultura; e sobre o património cultural e a importância de o proteger e divulgar. Por último será feita uma introdução ao que se entende por desenvolvimento sustentável e à sua importância no contexto atual de crise na economia.

Capítulo II – O Arquivo

Neste capítulo será feita uma introdução à Arquivística em geral, iniciando-se com a definição dos conceitos de Arquivo, Arquivo Municipal, Documento de Arquivo e Gestão de Arquivo e com uma análise à atual situação do arquivo de Mortágua. Finalmente, será desenvolvida, a partir da abordagem a uma obra de José Saramago, a questão dos problemas visíveis num arquivo.

Capítulo III – O Museu

Capítulo exclusivamente dedicado à temática museológica. Numa primeira abordagem, será dada a conhecer a origem e história dos museus, seguidamente explicando-se a importância da Nova Museologia no contexto atual. Um ponto fundamental deste capítulo será dedicado ao conceito de Ecomuseu e ao seu papel junto das comunidades. Por último, expõem-se alguns pontos sobre o potencial dos museus como alavanca para o desenvolvimento local.

Capítulo IV – Apresentação e Análise do Inquérito aos Municípios

Neste capítulo apresentam-se e discutem-se os resultados que foram obtidos aquando da disponibilização de um inquérito que visa conhecer os mortaguenses e o que estes entendem por cultura, mais concretamente o que pensam sobre Arquivos e Museus.

Capítulo V - Proposta de Construção de um Arquivo e Museu Municipal

Nesta parte do trabalho procura-se explicar a importância da criação de um local/edifício capaz de cumprir em simultâneo as funções de Arquivo e Museu Municipal.

Capítulo VI - Moinhos de Água

Neste capítulo faz-se uma introdução à história dos moinhos de água, e distingue-se uma ribeira do concelho de Mortágua com o propósito da criação de uma rota que reúna uma multiplicidade de ofertas, tornando-a atrativa e motivadora pela suas características ímpares, podendo vir a contribuir para a preservação e a revitalização do património molinológico.

Conclusões e considerações finais

Finalmente, apresentam-se as conclusões deste estudo, respondendo às hipóteses inicialmente colocadas, sendo também tecidas algumas considerações finais.

Capítulo I – Concelho de Mortágua, Turismo, Património Cultural e Desenvolvimento Sustentável

1. Município de Mortágua

“Quem Matou o Juiz?”

Se perguntarem, especialmente aos mais velhos, se conhecem a vila de Mortágua, em caso afirmativo, irão decerto, associar a vila a esta questão que diz respeito à “Lenda do Juiz de Fora”. Segundo esta, “uma vez veio um juiz de fora que não respeitou os usos da terra. Tantas maldades cometeu, que o povo se reuniu, deslocou-se para lá da ponte do rio Criz, esperou e matou-o com forquilhas, farpões e roçaduras. O oficial do rei chegou para descobrir e punir os culpados. Parece que à pergunta sobre quem tinha morto o juiz, o povo dava sempre a mesma resposta: «Foi Mortágua». O oficial nunca conseguiu descobrir o culpado porque a resposta implicava uma responsabilidade coletiva.” – (Sá *et al.*, 2001:63).

Mortágua é uma pequena vila portuguesa do distrito de Viseu, localizada na região Centro Norte e na sub-região do Baixo Mondego, tendo como concelhos fronteiriços Águeda, Anadia, Mealhada, Penacova, Santa Comba Dão e Tondela. O município possui 248,59 km² de área e segundo os últimos dados fornecidos pelos censos 2011 tem 9607 habitantes, distribuídos por 10 freguesias.

Falar sobre Mortágua poderá ser o mesmo que falar de “Ouro Verde”, expressão utilizada recorrentemente pelos mortaguenses por causa da sua densidade florestal e do impacto financeiro que a mesma tem num concelho tão pequeno. De acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal de Mortágua, 85% da área deste município é ocupada por floresta. Além disso, graças à sua rede hidrográfica, Mortágua tem nas barragens da Aguieira e da Macieira dois belíssimos locais que permitem disfrutar de desportos náuticos.

A sua proximidade à serra do Buçaco facilmente nos indica que, em termos históricos, o município de Mortágua foi grandemente afetado pelas Invasões Francesas. Mais tarde, e como todo o restante país, sofreu as convulsões provocadas pela implantação do Liberalismo e, depois da 1ª República conheceu também conhecido várias inovações e desenvolvimentos no campo da indústria. Durante o século XX, muitos mortaguenses

viveram do trabalho oferecido pelas serrações e cerâmicas que foram emergindo, não havendo agora, porém, praticamente nenhuma delas em funcionamento.

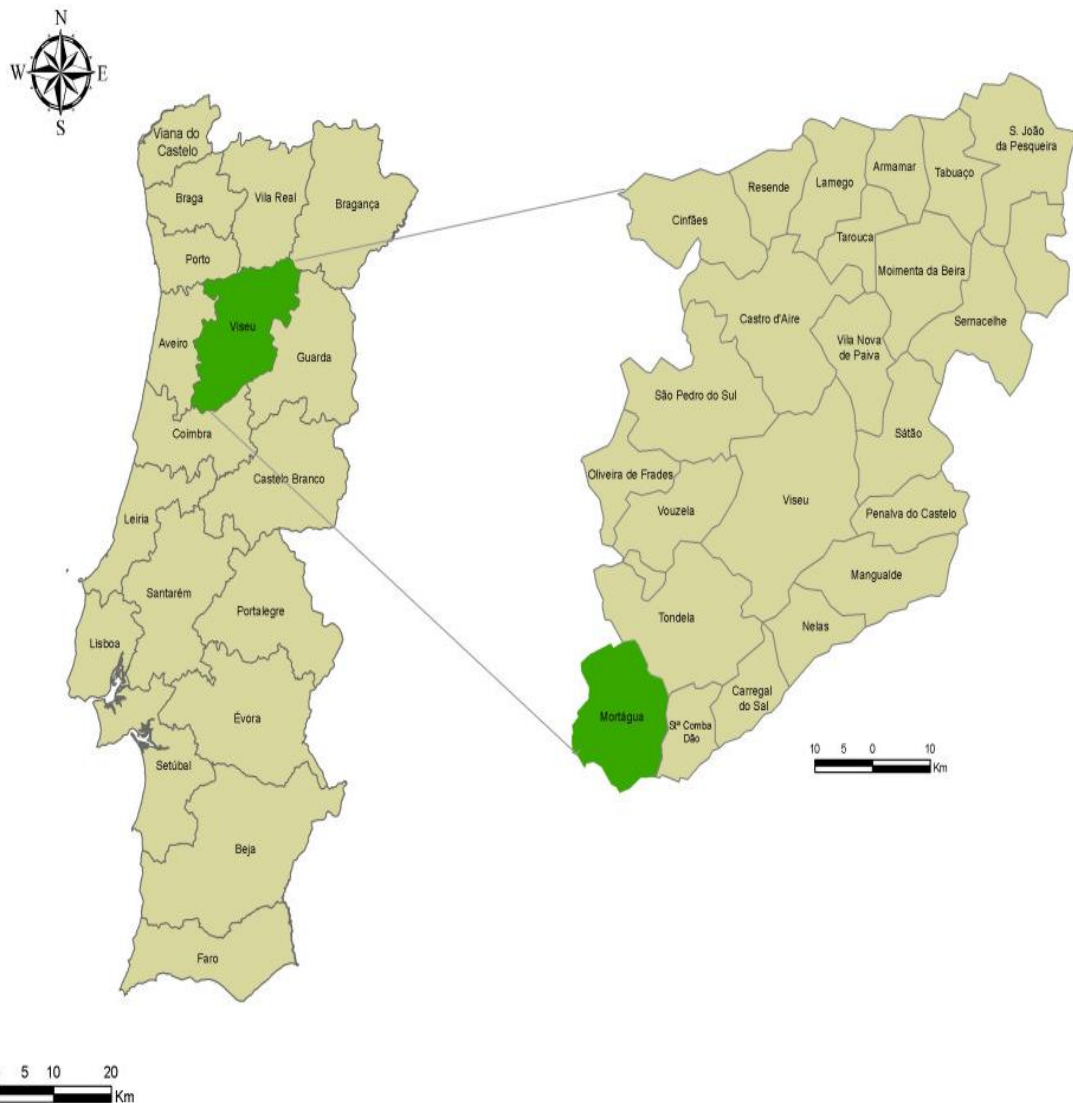


Ilustração 1 -Localização geográfica do Concelho de Mortágua – Fonte sítio web do Município de Mortágua

(<http://www.cm-mortagua.pt/modules.php?name=Sections&sop=viewarticle&artid=73>)

A vila de Mortágua conquistou um espaço importante na história cultural do país no século passado, graças a algumas personalidades notáveis a ela ligadas, como Tomaz da Fonseca, António José Branquinho da Fonseca e João Lopes Morais.

Hoje, no que diz respeito à cultura, a vila de Mortágua apresenta uma Biblioteca e um Centro de Animação Cultural. Anualmente, acontecem diversas atividades desportivas e culturais que promovem o município, contribuindo para a visita de pessoas vindas de diversos lugares e até mesmo de além-fronteiras. Entre as principais, refiro como

exemplos a Festa da Juventude/Feira das Associações, o Rally de Mortágua, provas de BTT, as Noites de Verão, amostra gastronómica “Lampantana”. No passado recente, Mortágua contou com o Mundial de Trial (motos) e o WRC (Campeonato Mundial de Rally), dando à sua população e aos visitantes que ali acorreram o privilégio de ver pilotos famosos como Colin Macrae, Carlos Sainz, Richard Burns e Tommy Makinen.

Em termos de acessos, Mortágua é um município que está bem servido, pois com relativa facilidade se chega a este concelho. A rede viária municipal tem uma boa articulação com a nacional e regional, permitindo de forma rápida e eficaz a circulação das pessoas. Ligam-se a Mortágua acessos como o IP3 e a A1 (Mealhada - Coimbra) dista a poucos quilómetros.

Estando inserida na linha da Beira Alta, Mortágua conta também com uma estação ferroviária que permite rápidas ligações a cidades como Coimbra, Aveiro e Porto.

2. Turismo

Um dos fundamentos do projeto “Despertar Mortágua” é atrair novos públicos através do turismo.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), este é “*o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-económicas*”. Posteriormente, em 1994, a mesma entidade afirmou que “*o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora do seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios e outros fins*” (Ignarra, 2003, *apud* Oliveira, 2010:2).

De acordo com os estudos de Ignarra (2003, *apud* Ferreira, 2012:9), podemos dizer que o turismo assenta em quatro pilares fundamentais:

- O turista, que busca diversas experiências e satisfações espirituais e físicas;
- Os prestadores de serviços, que encaram o turismo como uma forma de obter lucros financeiros;
- O governo, que considera o turismo como um fator de riqueza para a região sob a sua jurisdição;
- A comunidade do destino turístico, que vê a atividade como geradora de empregos e promotora de intercâmbio cultural.

Considerando o estudo de Nuno Maricato (2012) sobre o turismo em Portugal, e estando conscientes da crise económica vivida à escala mundial, temos de olhar para o turismo como um conceito mais amplo, quer como atividade humana, quer como atividade económica, visto que em muitas regiões do país e do estrangeiro a indústria a ele ligada tornou-se a principal responsável pelo fomento do emprego e propagação de riqueza, não fosse um dos mais importantes recursos de trocas comerciais, através das movimentações dos turistas.

Não obstante, convém verificar que, na sua génese, o turismo tem como móbil a viagem, as expectativas, escolhas e desejos do turista e a satisfação dessas emoções e desses sonhos por parte dos lugares e dos prestadores de serviços de produtos turísticos. Se, inicialmente, o turismo se resumia a uma viagem recreativa de lazer, atualmente passou a assumir uma visão mais abrangente na qual se considera uma multiplicidade de motivações possíveis para a génese dos movimentos turísticos.

No meu entender, assumindo o papel de visitante e apoiando-me no que foi explanado anteriormente, o motivo do turismo poderá também ser o interesse pela história ou pelo conhecimento que vou adquirir ao visitar uma determinada aldeia, vila ou região. Os promotores do turismo poderão utilizar estes pontos como meio de promover o desenvolvimento local e económico. No entanto, há que cumprir alguns indicadores para que o turismo e o desenvolvimento se tornem viáveis e sustentáveis: deverá ser definida uma estratégia cimentada na valorização e destaque dos destinos turísticos, não só pelo número de visitantes, mas essencialmente por se tratar de lugares únicos, com características naturais ou culturais que foram preservadas. Muitas vezes o que agrada a quem viaja é o facto de os destinos turísticos oferecerem:

- Qualidade ambiental e ecológica;
- Integridade social e cultural;
- Conservação do património construído (arqueológico, histórico);
- Quiosques informativos;
- Atratividade estética, natural ou construída.

Num artigo publicado por Pastor Alfonso (2003:103), aborda-se o conceito de turismo e a sua relação com a cultura. Assim, a autora indica que uma das razões pelas quais as pessoas viajam será a procura de novas culturas: “o motivo da realização da grande parte das viagens que se promovem ao longo da vida foi a possibilidade de visitar lugares que apresentassem algo novo e diferente, como é o caso de manifestações de

interesse artístico ou histórico, assim como grupos de indivíduos pertencentes às denominadas «outras culturas» ou «culturas exóticas.» (Pastor Alfonso, 2003:103).

Estamos, portanto, a falar do turismo cultural, que tem como objeto transmitir e valorizar uma das componentes essenciais da cultura viva: a identidade de um território. Citando novamente Pastor Alfonso (2003:104), “aqueles que se dedicam a praticar o turismo cultural consomem aspetos do património de uma determinada localidade com a intenção de compreender tanto o lugar, como aqueles que nela vivem ou viveram. E isto devia conseguir-se através das imagens que visualizam esse sítio e das informações complementares que obtêm mediante folhetos e guias escritos, guias humanos, documentais, etc., mas também mediante o contacto com os anfitriões”.

3. Património Cultural

O património cultural ou antropológico expressa-se através do mais variadíssimo tipo de manifestações e assume-se como tudo aquilo que identifica os grupos de uma sociedade (Pastor Alfonso, 2003:100). É considerado o marco de distinção dos indivíduos pertencentes a diferentes etnias, e na sua caracterização estão incluídos aspetos tão díspares como, por exemplo, a arquitetura, as lendas, os utensílios da lavoura, os textos históricos, a música, a poesia, o vestuário, a tecnologia ou até os conhecimentos relativamente às formas de produção (Pastor Alfonso, 2003:100).

Existem dois tipos de património cultural: o imaterial e o material (Cardona, 2009:35). Por sua vez, este último divide-se em móvel e imóvel. Veja-se o seguinte esquema.

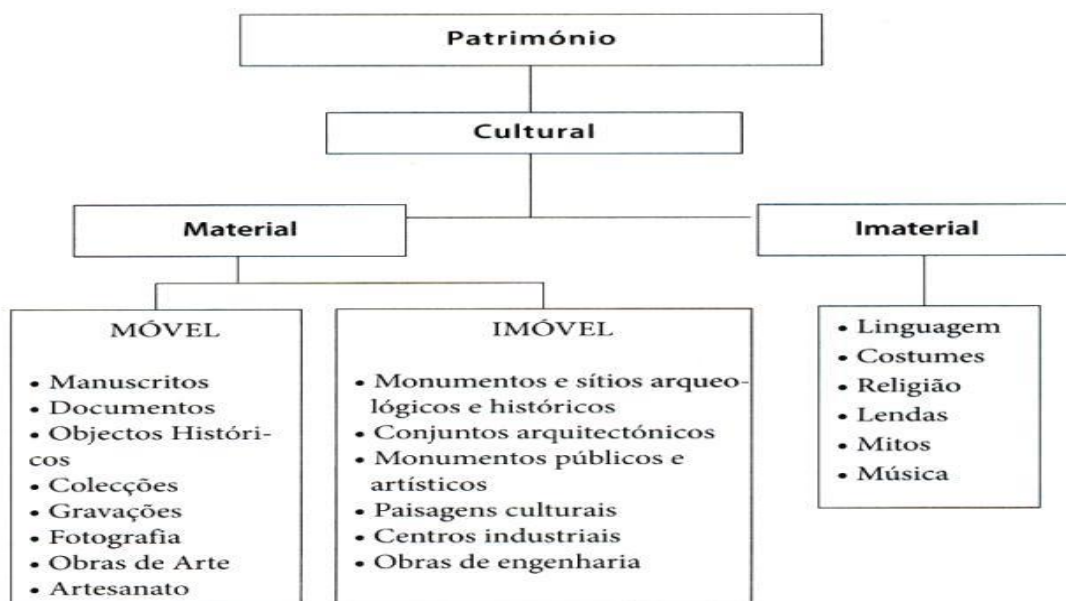


Ilustração 2 -Esquema do Património Cultural (Cardona, 2009:35)

Considerando o património cultural no seu todo, penso que se pode afirmar que este é produzido em função da imaginação e atividade humana. Recorrendo mais uma vez às palavras de Pastor Alfonso (2003:100), “o conjunto de produções, sejam tradicionais ou atuais, é que formam parte do património, isto é, da cultura”. Facilmente se depreende que não se devem considerar apenas os vestígios antigos como parte integrante do património cultural, suscetíveis de serem preservados e difundidos, mas antes tudo aquilo que, a partir do momento em que é criado, possa adquirir valor patrimonial.

A Lei nº 107/01 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, define no Art. 2.º o “Conceito e âmbito do património cultural”:

“íntegram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.”

Resumidamente, o património cultural português engloba a língua portuguesa, aspetos culturais de relevância em diversas áreas (história, arqueologia, ciência, etc.), bens imateriais (que caracterizam a identidade e a memória coletiva portuguesa), e há ainda que considerar “quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português”. Para além dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, inclui “também quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.”

Em suma, como a lei diz, o património é um fator de identidade cultural e de partilha com os turistas interessados em descobri-lo, e constitui tarefa fundamental das entidades competentes zelar pela sua conservação, isto é, protegê-lo, preservá-lo e respeitá-lo.

Uma das principais entidades envolvidas na proteção do património mundial, tanto cultural como natural, é a Comissão Nacional da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) (1992). Em 1972, durante a Conferência Geral da UNESCO, considerou-se que “o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados não só pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração e de destruição ainda mais importantes” (UNESCO, 1972:1). Neste sentido, “foi adotada a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural,

instrumento jurídico internacional que entrou em vigor em 1975, e que define o dever de vigilância do património, permitindo criar um sistema que permita à Comunidade internacional participar na salvaguarda de bens (monumentos, conjuntos e sítios) que têm um valor universal de exceção” (Policarpo, 2011:2).

Com a presente dissertação, dedicada à ideia de “despertar” o património cultural local como elo de ligação ao turismo e à economia, tentaremos contribuir para a elaboração de uma estratégia no desenvolvimento comum do património como turismo cultural.

Pretende-se criar um plano de atuação baseado na ideia de que “uma boa gestão patrimonial aplicada em função de resultados significa a criação de atrativos turísticos sustentáveis”, como afirma Cardona (2009:45).

4. Desenvolvimento Sustentável

O século XXI trouxe-nos várias preocupações acerca do ambiente e da sua proteção, sendo necessário estudar alternativas eficazes para combater e diminuir os impactos ambientais causados pela ação do homem. É urgente procurar novas soluções para as situações e problemas provocados pela constante poluição, o consumo exagerado e especialmente o desperdício constante.

Como forma de combater estas questões socio-ambientais, foi-se implementando uma nova ideia/forma de pensar baseada na sustentabilidade. Neste sentido, e partindo da definição de desenvolvimento sustentável (descrita no próximo parágrafo), considero-o como uma estratégia racional e responsável de utilizar os recursos existentes de forma a não comprometer o futuro das gerações vindouras.

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser discutido em 1987 na *World Commission on Environment and Development* (WCED - Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento), presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (Projeto Improve Center, pág. 9). Em 1988, a referida comissão definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Harris, 2003:1).

A integração do termo “sustentabilidade” no planeamento das atividades nacionais começou a ganhar importância a partir de 1998 (Projeto Improve Center, pág. 9). No

entanto, o grande passo para o assumir de compromissos que visassem a sustentabilidade foi dado em 2002, quando Portugal apresentou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), no contexto da aplicação da Agenda 21¹ e da preparação para a Cimeira Mundial de Joanesburgo².

O campo de abrangência do termo “sustentabilidade” deve ir para além de uma aldeia, cidade ou região. Hoje mais que nunca, e pelos motivos acima apontados, o desenvolvimento sustentável deverá ser pensado a nível nacional e considerar o aglomerado urbano e o espaço rural que envolve cada região.

Uma política nacional que implemente um regime sustentável está obrigada a analisar e a intervir em setores regionais, escolhendo determinados locais (previamente estudados) para aplicar estas medidas, e sempre respeitando as questões económicas, ecológicas e a própria comunidade.

Como é lógico, não se pode afirmar que uma cidade é sustentável por si só, daí que a expressão “cidades sustentáveis” não deve ser entendida à letra, antes como um sinónimo de cidade eficiente (capaz, por exemplo, de reduzir o consumo de energia ou a poluição). Para combater as suas debilidades, para além de se socorrerem e dependerem da região envolvente, as cidades podem e devem recorrer a outras regiões para suprirem as suas necessidades. A título de exemplo, uma cidade não é autossustentável ao ponto de produzir alimento, água e energia de acordo com as suas necessidades; nesse domínio, terá de recorrer à sua região ou a regiões próximas para combater as suas fragilidades. O mesmo sucede, por vezes, em sentido inverso, com a exportação de resíduos urbanos e industriais, águas residuais e poluentes atmosféricos; assim como a cidade fornece inovação, conhecimentos e serviços especializados a outras zonas.

¹ “Agenda 21 (A21) é um documento assinado por quase duas centenas de governos, entre os quais Portugal, e que procura unir a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e com a coesão social.” Acedido em 15 de abril de 2013, disponível em:

http://www.cidadessustentaveis.info/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=66

² Johannesburg Summit 2002 – the World Summit on Sustainable Development – brought together tens of thousands of participants, including heads of State and Government, national delegates and leaders from non-governmental organizations (NGOs), businesses and other major groups to focus the world's attention and direct action toward meeting difficult challenges, including improving people's lives and conserving our natural resources in a world that is growing in population, with ever-increasing demands for food, water, shelter, sanitation, energy, health services and economic security.” Acedido em 15 de abril de 2013, disponível em:

http://www.johannesburgsummit.org/html/basic_info/basicinfo.html

Para se ter uma noção da estratégia definida em Portugal, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 40/2007 de 20 de Agosto, vejam-se resumidamente os sete objetivos da ENDS (Projeto Improve Center, pág. 10):

- Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, melhorando as qualificações humanas;
- Promover o crescimento da economia portuguesa e consequente aumento da produtividade e dos postos de trabalho;
- Promover a proteção ambiental e a conservação, divulgação e valorização do património existente;
- Assegurar a melhoria da qualidade de vida, intervindo em diversas áreas sociais de domínio público (garantindo a coesão, inclusão, equidade e justiça social);
- Assegurar a melhoria no contacto internacional de Portugal e a valorização do mesmo, numa perspetiva de desenvolvimento e expansão à escala internacional;
- Garantir um papel ativo de Portugal no projeto europeu e promoção da sustentabilidade (cooperando no contexto internacional);
- Promover a modernização e eficiência/eficácia dos serviços prestados pela administração pública.

Pretende-se, portanto, implementar no município de Mortágua uma estratégia de desenvolvimento sustentável que englobe o património cultural existente e que vise o turismo local.

Recordando que os princípios da sustentabilidade se baseiam em aspetos ambientais, económicos e socioculturais, convém estabelecer um equilíbrio adequado a esses três pilares de forma a garantir a sustentabilidade a longo prazo. Assim, a ideia é promover o desenvolvimento sustentável turístico-cultural, devendo respeitar os seguintes princípios da sustentabilidade:

- Recuperação e aproveitamento dos recursos ambientais
- Respeito e preservação do património sociocultural
- Assegurar a criação de uma estrutura económica viável a longo prazo.

Este processo será muito exigente, devendo englobar diversos agentes que garantam uma correta gestão de todo o projeto. Deve-se sempre considerar que se trata de uma

estratégia de mudança contínua que requer uma constante avaliação de impactos e receptividade por parte da população local e dos turistas.

O enquadramento do projeto “Despertar Mortágua” numa estratégia de desenvolvimento sustentável passa pela recuperação e aproveitamento do património cultural existente. Assim, considera-se que os moinhos de água do município (tema abordado no Capítulo VI), fruto da sua localização e da proximidade com o ambiente natural, poderão e deverão ser potenciados como recursos para o desenvolvimento sustentável e turístico de Mortágua.

Capítulo II – O Arquivo

1. Importância e bases da Arquivística

A Arquivística é uma disciplina que procura a aplicação de técnicas e métodos específicos tendo em vista a organização, conservação e restauração de arquivos. Vários são os autores que ao longo dos anos têm deixado as suas opiniões sobre esta temática.

Para conhecer rapidamente as principais etapas da história da Arquivística, é-nos útil um artigo de Fernanda Ribeiro (2002), no qual a autora procura fazer uma breve reflexão sobre a mencionada e várias vezes questionada ciência. Resumidamente, a autora explica que o surgimento da Arquivística advém do crescimento dos arquivos: “Sendo os arquivos tão velhos, pelo menos, como a própria escrita é óbvio que lhes é inerente, desde as origens, uma prática arquivística...” (Ribeiro, 2002:98). Mas esta área de estudo é bem recente, pelo menos a atenção e o respeito dado à Arquivística remonta ao século XVIII, muito por culpa da Revolução Francesa. A evolução e afirmação de algumas áreas de estudo, como a tecnologia, a medicina ou a química, tiveram origem em situações de hostilidade (política, económica, militar). Assim, também a Arquivística se desenvolve e “reivindica” a sua importância a partir de um estado de guerra. Após a Revolução Francesa, os governantes perceberam que seria fundamental zelar pelos documentos, criando-se e difundindo-se orientações técnicas e documentos legais. Neste sentido, em 1789, “a Convenção decidiu fundar os Archives Nationales (decreto de 18 Brumário) e no Ano II da Revolução proclamou que os arquivos estabelecidos junto da Representação Nacional eram um depósito central de toda a República (lei de 7 Messidor)” (Silva *et al.*, 2002:101).

Na década de quarenta do século XIX, face à “política de incorporações em massa e a subsequente reordenação dos arquivos (...) atingiram tais proporções em França, que a situação se tornou de certo modo incontrolável e alarmante, do ponto de vista arquivístico” (Silva *et al.*, 2002:107). Tratava-se de uma situação frágil, sendo necessário a criação de medidas que atenuassem o caos que se estava a instalar nos arquivos públicos franceses, “o que levou à formulação de umas «*instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*»” (Silva *et al.*, 2002:107). Foi através deste documento, publicado a 24 de abril de 1841, que Natalis de Wailly, um historiador e arquivista francês, que desempenhava funções de chefe da secção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior,

contribuiu para a formulação do «princípio do respeito pelos fundos» (Silva *et al.*, 2002:107).

Mais tarde, já em finais do século XIX é publicado por Muller, Feith e Fruin o “manual dos arquivistas holandeses”, no qual os referidos autores pretendiam afirmar a Arquivística como uma disciplina independente e demarcando-se da História (Silva *et al.*, 2002:115). A verdade é que foram abordados diversos métodos e técnicas arquivísticas que ainda hoje são utilizados e considerados essenciais no meio arquivístico (Silva *et al.*, 2002:115).

Na obra *Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da informação*, é dado especial destaque à ação levada a cabo por Júlio Dantas que, durante os anos em que esteve à frente da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (1912-1946), procurou alterar e reestruturar o sistema arquivístico português, depois da implantação da República (Silva *et al.*, 2002:123).

Voltando ao plano internacional, menciono alguns autores que estabeleceram estudos e foram marcando e dando os seus contributos à arquivística enquanto disciplina. A publicação do “Manual of archive administration” por Hilary Jenkinson em 1922, foi uma referência importantíssima para a arquivística inglesa, “Jenkinson viria a defender que «archives» e «records» são termos na realidade sinónimos” (Silva *et al.*, 2002:125). Jenkinson contribui também para a afirmação da profissão de arquivista, ao afirmar que “a verdade arquivística é distinta da verdade histórica, pelo que o arquivista não é, nem deve ser, um historiador. Em sua opinião, o arquivista deve servir, antes de mais, o seu arquivo e só depois o público estudioso” (Silva *et al.*, 2002:126).

Ainda pensando sobre a afirmação da arquivística como disciplina, devemos considerar a publicação “Archivistica” de Eugenio Casanova (1928). À época o autor teria uma visão sistémica do arquivo, “pois não separa o «arquivo administrativo» (*registratura o ufficio di protocollo*) do «arquivo histórico» (*archivio*) – dado que o segundo deriva do primeiro – e no mesmo conceito integra tanto os arquivos públicos como os privados” (Silva *et al.*, 2002: 126-127).

Na segunda metade do século XX surge o CIA (Conselho Internacional de Arquivos), que “foi um marco importante para a afirmação da identidade da disciplina”, (Ribeiro, 2002:99), visto que constituiu uma base essencial para a sua construção e afirmação.

Com a revolução tecnológica da segunda metade do século XX, a nova era informacional que se criou veio provocar uma onda de reflexões sobre a Arquivística, adivinhando-se uma nova mudança de paradigma. Fernanda Ribeiro (2002:105) afirma

que “é justamente no quadro da jovem (ou, no entender de alguns, ainda emergente) *Ciência da Informação* que a Arquivística tem de ser repensada e (re)construída...”.

Nesta nova configuração da Arquivística, destaque-se o trabalho de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, pois a cooperação destes dois canadianos resultou numa análise que demonstra como a racionalização dos métodos e criação de rotinas de trabalho permite atingir com eficácia o acesso à informação e obter rentabilidade económica. Estes dois autores alertam também para a necessidade de proteção e de conservação da informação (Silva *et al.*, 2002).

Poderá parecer estranho escolher este pensamento de dois arquivistas para concluir um apontamento sobre o percurso da Arquivística, mas a verdade é que a sua opinião, quando confrontada com a realidade do património arquivístico português, e particularmente o mortaguense, deixa-nos a pensar sobre o que tem sido ou não produzido pelos Arquivos, algo que procurarei explicar com mais rigor ao longo deste capítulo.

2. Arquivo - definição e função

A palavra arquivo vem do latim *archivum*, significando o lugar onde se guardavam os documentos, que por sua vez derivou do termo grego *arkeíon*, o qual, para além de significar o “lugar onde se guardam os arquivos (documentos), refere-se também ao conjunto de documentos aí conservados” (Martín-Calero, pág.4).

De acordo com as definições mais consensuais apresentadas pelos autores que mais recentemente se têm dedicado a estas temáticas, como Maria Antonia Herrera, Hilary Jenkinson, Adolf Brenneke-Wolfgang, Eugenio Casanova (Silva *et al.*, 2002), anteriormente referidos, defendem, os arquivos são constituídos por documentos produzidos, recebidos e acumulados por uma entidade pública ou privada, no decorrer das suas atividades administrativas. No início, esses documentos são considerados instrumentos de trabalho, de acordo com a função que lhes é dada aquando da sua criação; posteriormente, assumem valor de prova e de evidência do passado, para fins de direito dessa entidade ou de terceiros, ou ainda para fins culturais e informativos.

A existência de informação é o ponto de partida para o aparecimento de arquivos. Todos os dias recebemos e enviamos informação, de forma tão natural que nem nos apercebemos que somos gestores dela. Por exemplo, em casa recebemos uma fatura

pelo correio, enviamos mensagens de telemóvel ou correio eletrónico, o que nos conduz à criação e acumulação de informação com maior ou menor interesse, que poderemos guardar ou eliminar. É justamente neste ponto que consideramos a necessidade de um arquivo, pelo facto de se reconhecer que há informação com valor, podendo servir de testemunho ou prova sobre algo. Neste sentido, e considerando especialmente a importância da escrita, convém salientar que esta conduz à criação de uma memória escrita individual ou coletiva, de uma sociedade. Mas não só a escrita será um gesto de comunicação que contribui para a constituição de um arquivo; a fotografia, o vídeo ou a pintura também poderão ser objetos e testemunhos de um arquivo.

Numa visão mais abrangente do que geralmente se considera, um arquivo pode ser definido como um conjunto de documentos (informação), qualquer que seja a sua data, forma ou suporte material, elaborados ou recebidos por um organismo público ou privado, em função da sua atividade e conservados para efeitos administrativos ou históricos.

3. Arquivo Municipal

Os arquivos municipais que conhecemos tiveram a sua origem fundamentalmente durante a Idade Média, uma vez que a documentação local que existiria anteriormente não resistiu ao avançar dos séculos.

As cartas de foral, diplomas concedidos pelo rei e por outros senhorios laicos ou religiosos, contendo normas disciplinadoras das relações dos habitantes entre si e a identidade outorgante, criaram oficialmente os municípios portugueses.

Mortágua recebeu o seu primeiro foral em 1192, concedido pela rainha D. Dulce, esposa do rei D. Sancho I (Sá *et al.*, 2001:57), pelo qual se estabelecia todo o modelo administrativo do concelho, como os impostos que os moradores deviam pagar e a forma de aplicação da justiça. Este foral veio a ser confirmado em 1514, por D. Manuel I, por ocasião da reforma dos forais levada a cabo por este monarca.

Em 1836, o decreto-lei de Passos Manuel realizou uma nova reforma dos municípios portugueses, que na altura somavam um total de 351.

No que toca aos arquivos municipais e à sua relação com os municípios, há que referir o processo de descentralização das atribuições e competências promovida pelo Estado

através da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Apesar de nos remeter apenas para a fundamentação legal dos municípios, facilmente se depreende que, uma vez havendo atividade administrativa, existe produção documental e, portanto, existe também arquivos.

Devemos dedicar também alguma atenção ao conteúdo do Decreto-lei n.º16/93 de 23 de janeiro, mais precisamente ao Art. 9º, que indica que tipo de arquivos existem em Portugal, sendo estes classificados de acordo com o seu âmbito territorial; entre eles, conta-se:

“Arquivo municipal, quando reúne predominantemente a documentação relativa a um município ou proveniente de organismos administrativos do mesmo âmbito”.

Seguindo Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, podemos dizer que os arquivos municipais fundamentam-se no princípio da territorialidade, que diz respeito ao modo como os arquivos públicos de um território seguem o destino deste (Carvalho, 2011:9). O princípio de territorialidade está relacionado com a expressão do direito aplicado à propriedade e encontra-se intimamente ligado à evolução histórica das sociedades. Considerando as invasões, lutas e ocupações territoriais entre povos, seria lógico que o vencedor exigisse ao vencido a deposição dos documentos relativos às terras conquistadas no momento da assinatura de uma rendição ou de um tratado de paz. Apesar destas transferências de fundos de documentos acontecerem de forma natural ao longo de séculos, “só no século XX foi consagrado o direito dos povos à propriedade dos seus testemunhos documentais” (Carvalho, 2011:9). E torna-se uma prática oficial a partir da Convenção de Viena sobre a Sucessão dos Estados em matéria de bens, arquivos e dívidas de estado, em 1978 (Roussue e Couture, 1998, *apud* Carvalho, 2011:9).

Na perspetiva de uma autarquia, o arquivo é compreendido como a unidade de serviço administrativo especializado cuja missão consiste em receber, organizar, guardar, tratar e preservar a documentação relativa à memória do município. Deve também promover a gestão integrada dos documentos produzidos pela autarquia, desenvolvendo produtos e serviços de informação com o objetivo de satisfazer todas as necessidades das diversas partes interessadas.

Na sociedade atual, deverá esquecer-se a ideia do arquivo como simples depósito ou coleção de documentos. Uma mudança de paradigma é fundamental, e a evolução conhecida nos últimos tempos remete-nos para uma visão do arquivo municipal como um serviço altamente especializado, procurando implementar as melhores práticas de gestão integrada da documentação e informação, orientadas para o cidadão, num esforço de melhoria contínua, com vista à satisfação e mesmo superação das suas expectativas de qualidade, com objetivos de eficácia e eficiência. Note-se que o arquivo espelha a instituição no seu funcionamento, na sua estrutura organizativa e nas atividades que desenvolve.

O serviço do arquivo municipal poderá respeitar uma dupla função, administrativa e cultural (esta última através da realização de cursos, seminários, congressos, exposições, etc.), de promoção e divulgação de fontes documentais, necessárias à investigação no âmbito da história local, regional, nacional ou internacional. Deverá possibilitar ainda o acesso às informações que estão sob a sua responsabilidade de guarda, de uma forma rápida e precisa.

4. O documento no Arquivo

4.1. Teoria das Três Idades

Não querendo ser muito exaustivo neste ponto, até porque existem diversos trabalhos académicos sobre este assunto³, pretendo apenas lembrar que os documentos têm um ciclo vital, com princípio, meio e fim.

Sumariamente, podemos dizer que a vida de um documento se inicia quando este é produzido e/ou recebido por uma instituição; neste momento, adquire valor administrativo, e a sua valorização será considerada de acordo com o nível de utilização/consulta da documentação dentro da organização.

Estando a abordar este trabalho de acordo com a vivência de um município, vou procurar expor o percurso de um documento dentro de uma autarquia, recorrendo à conhecida teoria que estabelece a passagem de um documento por três arquivos

³A teoria das três idades surgiu em 1953 formulada na obra de Theodore R. Schellenberg – *Modern archive: principles and techniques*. Para a formulação desta teoria contribuíram os estudos de: COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves – *Les Archives au XX^e siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche*. Montréal: Université, 1982.

distintos: o Arquivo Corrente, o Arquivo Intermédio e o Arquivo Permanente. Esta caracterização está relacionada com a teoria das três idades de um arquivo, na qual se considera o “tempo de vida” do documento, a partir da sua produção até ao encerramento do ato, ação ou facto que provocou a sua criação e a regularidade da sua utilização. Isto é, os documentos de arquivo passam por três fases, de acordo com o uso que deles é feito.

No Arquivo Corrente, os documentos, tendo valor primário, asseguram o funcionamento das instituições e a aplicação de direitos legais e das políticas institucionais e governativas; são indispensáveis, pois, à manutenção das atividades quotidianas da entidade produtora. Deste modo, estão estritamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram elaborados, sendo os serviços produtores os responsáveis pela sua conservação e arquivo, dada a elevada frequência do seu uso.

No que ao Arquivo Intermédio diz respeito, a documentação reveste-se ainda de alguma utilidade para a instituição, mas o seu nível de utilização e de consulta é substancialmente reduzido. A localização desta documentação depende de instituição para instituição; ideal será um depósito de armazenamento temporário que cumpra os requisitos de um arquivo (controlo de temperatura, luminosidade, etc.), esteja facilmente acessível e permita o seu tratamento futuro, nomeadamente a facilidade de transferência para o Arquivo Permanente.

É neste último que deve ser integrada a documentação quando deixa de ser utilizada pela entidade produtora no âmbito dos fins que motivaram a sua criação, ou seja, quando o documento perdeu valor administrativo. Em Portugal, e de acordo com a legislação em vigor (Portaria n.º412/2001 de 17 de Abril e suas alterações na Portaria n.º 1253/2009 de 14 de Outubro), a documentação será alvo de uma avaliação a fim de averiguar se pode ser eliminada ou se possui valor secundário (histórico, científico, etc.) que justifique a sua conservação permanente.

4.2. Princípio de proveniência

O princípio da proveniência, tal como o próprio nome sugere, explica que os documentos de arquivo devem ser agrupados respeitando a sua origem.

Foi no século XIX, mais propriamente em 1841, que Natalis de Wailly deu um contributo primordial para a afirmação do princípio enunciado, que se tornou um dos mais importantes e antigos princípios-base da Arquivística, através da lei pela qual se

estabeleceu que “todos os documentos que provém de um corpo, um estabelecimento, uma família ou um indivíduo formam um fundo e devem permanecer unidos” (Duchain, 1992, *apud* Carvalho 2011:7).

O princípio de proveniência só foi internacionalmente consagrado em 1964, no V Congresso Nacional dos Arquivos, em Paris, onde se decidiu que se deviam “deixar agrupados, sem os misturar com os outros, os arquivos (...) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou pessoa física ou moral” (Rousseau & Couture, 1998, *apud* Carvalho 2011:7-8). A utilização deste princípio tem como objetivo melhorar a organização dos arquivos.

5. Gestão em Arquivo

Uma das principais preocupações dos arquivistas está relacionada com a análise dos processos organizacionais relativos aos fluxos informacionais e propor formas adequadas para seu tratamento, incluindo regras de produção, circulação, utilização, avaliação e destino (conservação ou eliminação) de documentos e informação de uma determinada instituição. Por outras palavras: o arquivista preocupa-se com a gestão do arquivo.

Basicamente, a gestão de arquivo abrange todo o ciclo de existência dos documentos, desde a sua produção até ao seu processo de avaliação e seleção, etapa em que se define se são eliminados ou conservados - trata-se de todas as atividades inerentes às idades corrente, intermediária e histórica

Lawrence Burnet, historiador norte-americano, definiu a gestão de documentos como "o processo de reduzir seletivamente o volume documental, que é característica da civilização moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem desprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa" (Jardim, 1987:35).

Em 1976, no VIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Washington, Artel Ricks expôs a sua opinião sobre esta questão, declarando que “o governo norte-americano tomou consciência sobre a gestão de documentos no seu todo, debruçando-se quanto ao significado dos documentos, qualquer que fosse o seu suporte e as suas necessidades de conservação” (Jardim, 1987:37).

Vemos, por aqui, que no início do último quartel do século XX algumas nações olhavam para o Arquivo e a gestão de documentos com sentido de necessidade e responsabilidade. Esta nova mentalidade e a mudança de paradigma a que se reporta levou a que algumas instituições arquivísticas públicas, de entre as quais destaco os arquivos nacionais dos E.U.A. e do Canadá, se assumissem como os principais vetores de apoio à administração pública, com a competência de estipular estratégias de gestão de documentos nos diversos organismos de caráter público.

A palavra “gestão” é muitas vezes associada a dinheiro; tendo em conta que, cada vez mais, informação é dinheiro, poderemos dizer então que a gestão de documentos significa também dinheiro.

Para que, efetivamente, a gestão de documentos se possa traduzir em dinheiro será necessário desenvolver uma boa estratégia, acompanhada de um bom planeamento arquivístico dentro da respetiva instituição.

Existem diversos manuais nacionais e internacionais que ajudam o arquivista a gerir um arquivo. No caso de Portugal, chamo a atenção para os documentos produzidos pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ) - a NP 4438-1 e NP 4438-2 de 2005, que corresponde à ISO 15489-1 e 2:2001, harmonizada. A NP 4438-1 de 2005 afirma que “Os documentos contêm informação que é um recurso valioso para a organização” (IPQ, 2005:11); eu acrescento que, sem a devida gestão de documentos, essa informação torna-se num tesouro perdido na organização.

A gestão de arquivo é bastante complexa e exigente, mas fulcral para atingir a eficácia e eficiência no mesmo. As duas normas indicadas, a NP 4438-1 e a NP 4438-2 de 2005 referem dois instrumentos fundamentais para levar avante e servir de apoio à gestão de documentos: o plano de classificação e a tabela de avaliação e seleção de documentos, que passo a definir de acordo com o que diz respeito o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)⁴.

Plano de classificação: “um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por uma instituição no exercício de suas

⁴ CONARQ é o principal órgão de gestão arquivística no Brasil, estando relacionado com Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, em conjunto definem a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

funções e atividades. A classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos, uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida. A classificação define, portanto, a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação” (CONARQ, 2001:9).

Tabela de avaliação e seleção de documentação: “é um instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vistas a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos [...], os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente –, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação” (CONARQ, 2001:43).

Existem outros requisitos importantes para a prática de uma boa gestão de documento, mas penso que referi o essencial para que o leitor deste trabalho tenha uma noção mais clara acerca da complexidade da administração da documentação/informação de arquivo.

6. Um olhar pelo Arquivo de Mortágua

Sendo o arquivo, como vimos; o conjunto de documentação produzida e armazenada por uma instituição ao longo dos anos, ele equivale ao percurso histórico da organização, o que nos faz rapidamente compreender a sua importância e como, tendo em conta as funções desempenhadas pelas autarquias ao longo dos séculos, um arquivo municipal pode dar um contributo muito especial na salvaguarda da história local.

O município de Mortágua não foge, naturalmente, à regra, estando o seu passado registado na documentação existente no arquivo.

No entanto, é com alguma preocupação que observamos a situação do seu arquivo municipal, uma vez que a grande maioria da documentação se encontra desorganizada, em mau estado de conservação, sem controlo de temperatura nem de luminosidade.

O principal fator de instabilidade da gestão da documentação reside na falta de uma política arquivística que vise o tratamento dos documentos de arquivo.

Para se ter uma noção da realidade existente, note-se que se conhecem uns dois ou três locais distintos onde se conserva o acervo, e que a documentação com a mesma proveniência se encontra separada fisicamente. De acordo com as informações recolhidas, o acervo do município de Mortágua terá como datas limite 1860 e 2009, sensivelmente, havendo muitos fundos separados e incompletos por causa de um incêndio que terá destruído parte dos documentos e das obras realizadas no edifício da Câmara Municipal.

6.1. O Depósito da Garagem dos Paços do Concelho A

O principal acervo documental encontra-se na garagem da Câmara Municipal de Mortágua, que, com cerca de 850m lineares de documentação, contém o mais importante acervo da autarquia, e a que chamaremos de Depósito A.

Neste local encontram-se valiosíssimos registos históricos, como atas das reuniões de câmara, desde pelo menos 1860 (algumas em elevado estado de decomposição), e os livros de abertura de testamentos de 1868, entre outros. No mesmo local estão arquivados processos de obras particulares e municipais, documentação de contabilidade, registos de uso e porte de arma, etc., sendo que esta documentação é mais recente, de meados do século XX. No entanto, o volume de documentação e a sua desorganização é tal que é impossível apurar, por ora, se as séries documentais estão completas ou não. Apesar do possuir um excelente equipamento, estantes móveis que permitem aumentar a área de armazenamento em relação ao espaço existente, é visível e incontornável que futuramente o local de arquivo se tornará pequeno e que terá de sofrer um aumento. Um aspeto de risco a ter necessariamente em conta é a localização de algumas tubagens do aquecimento, por cima das estantes, podendo uma rutura dos canos ou uma fuga de água provocar a perda total de documentos importantíssimos.

6.2. Depósito da Garagem dos Paços do Concelho B

O depósito B é basicamente constituído por edições de Diários da República, ocupando sensivelmente 115m lineares. Uma vez assegurado o acesso a esta informação através

do portal Diário da República Eletrónico⁵, todo este fundo poderá ser destruído. O problema da sua localização prende-se essencialmente com questões de organização da documentação, de controlo de temperatura e da luminosidade. O facto de os documentos estarem guardados em estantes de madeira constitui também uma ameaça, pois poderá dar-se o surgimento de pragas.

6.3. Depósito da Biblioteca Municipal de Mortágua

Um dos principais registos escritos das autarquias em termos históricos são os forais, utilizados em Portugal até ao século XIX e que visavam estabelecer um Concelho e regular a sua administração, limites e privilégios. Mortágua possui o foral do Rei D. Manuel I de 1514, que se encontra arquivado na Biblioteca Municipal, carecendo de intervenções de conservação e restauro.

Apesar de não ser documentação produzida pela câmara municipal no desenvolvimento das suas competências e atribuições, foi doado ao município de Mortágua um importante fundo documental que pertenceu a Tomaz da Fonseca, uma figura ilustre da vila, que também aqui se encontra depositado. A documentação oferecida pelos familiares de Tomaz da Fonseca encontra-se registada em formato papel, e resumem-se a cartas escritas pelo referido escritor.

7. Saramago – a sua visão de arquivo – a realidade existente

Como conclusão deste capítulo dedicado ao arquivo, irei recorrer a uma obra de uma das principais personalidades da literatura nacional, José Saramago.

Todos os nomes, romance de 1997, conta a história de um escriturário da principal Conservatória do Registo Civil de uma cidade. O Sr. José, um solitário solteirão de meia-idade, ocupa o seu tempo livre a colecionar imagens e notícias de jornais e revistas sobre gente famosa ou conhecida. Eis que chega o dia em se depara com o registo duma mulher desconhecida e surge-lhe uma ideia de a estudar e de a conhecer, tornando-se uma nova obsessão.

Durante o processo de investigação que leva a cabo, várias são as vezes em que o Sr. José tem de enfrentar os problemas subjacentes a um arquivo desprezado e abandonado,

⁵ Portal do Diário da República Eletrónico - <http://www.dre.pt/>

assim se identificando uma série de problemas que espelham a realidade de muitos arquivos, inclusive o do município de Mortágua.

De entre os vários pontos negativos descritos por Saramago e que podem ser associados a uma péssima gestão de um arquivo, irei destacar quatro aspetos chave: a organização, a conservação, a avaliação e seleção documental e a localização do arquivo.

7.1. Organização

Na sua obra, são várias as vezes em que Saramago realça a desorganização documental reinante no arquivo, de entre as quais destaco:

“Os mortos, isto é, os papéis deles, estão metidos lá para dentro, menos bem acondicionados do que deveria permitir o respeito, por isso dão o trabalho que dão a encontrar...” (Saramago, 1997:13);

“Seja por deficiência da sua formação profissional seja por graves carências na ordem pessoal do ético, para largar em qualquer parte um morto, sem dar-se ao trabalho de ir ver lá dentro se haveria ou não um espaço livre para ele.” (Saramago, 1997:166);

“Nos papéis que encontrei no arquivo dos mortos não estava a declaração do óbito, Porque, Não sei, devia ter caído pelo caminho quando foram arquivar o processo, ou a deixei cair eu, está perdida, seria o mesmo que procurar uma agulha num palheiro, a senhora não pode imaginar o que aquilo é...” (Saramago, 1997:197).

Confrontando este arquivo com o de Mortágua, vemos que enfrentam ambos o mesmo problema de desorganização. Há um grande depósito de documentos, em que fisicamente estão separados os mais recentes dos históricos, mas existe nele uma grande desorganização das séries documentais. É possível encontrar, por exemplo, atas de reunião de câmara do século XIX separadas e distribuídas por diferentes prateleiras; ou ainda séries completamente distintas e com datações bastante díspares acondicionadas na mesma estante.

Como se consegue encontrar um documento nestas circunstâncias? Por vezes, o conhecimento adquirido por certos funcionários permite-lhes conhecer o que existe e onde está arquivado determinado tipo de documento. Mas uma tal situação é um contrassenso na arquivística, pois existindo os recursos tecnológicos atuais, torna-se um “crime” que a pesquisa de certos documentos só seja possível com a ajuda de um ou dois funcionários que por acaso conhecem a “organização” do despejo documental de

uma instituição. O que será do arquivo ou da memória documental quando esses funcionários se reformarem ou se por acaso adoecerem?

Considere-se a necessidade de consulta de um documento com valor probatório e perdido num amontoado de papel desorganizado. Supondo que estamos num arquivo municipal, e que o cenário passa pela recuperação de informação que permitirá ao município reaver alguns euros, ao fim de várias pesquisas, não se consegue encontrar o documento pretendido. Como resultado desta péssima gestão arquivística hoje perdemos-se 150€, amanhã 1500€ e no dia a seguir 15000€. A falta de organização origina problemas de eficácia e eficiência e no dia-a-dia poderá traduzir-se por perda de dinheiro.

Como diz Saramago, “Ou o papel aparece, ou não há herança.” (Saramago, 1997:170).

7.2. Conservação

Para além da organização, também a conservação é um aspeto fulcral da função de um arquivo, que tem igualmente como missão zelar pelo património arquivístico.

Recorremos de novo ao arquivo da personagem criada por José Saramago em que nos é transmitida uma completa despreocupação com a conservação da documentação, não existindo qualquer tipo de controlo de luminosidade ou de pragas.

“O Sr. José alcançou enfim o espaço livre existente entre os últimos papéis arquivados (...) A escuridão, neste lugar, é absoluta.” (Saramago, 1997:170).

“Esvoaçaram espavoridas traças, tornadas quase transparentes pelo foco da lanterna. O Sr. José detesta esta bicharada, que à primeira vista se diria ter sido posta no mundo para ornamento, da mesma maneira que detesta os peixes-de-prata que também por aqui proliferam, são eles, todos, os vorazes culpados de tantas memórias destruídas (...) o documento comprovativo foi comido, manchado, roído, devorado pela bicheza que infesta a Conservatória Geral (...) Quanto à rataria, nem vale a pena falar do destruidora que é.” (Saramago, 1997:169).

A conservação documental é mais um aspeto a ter em conta na situação arquivística do município de Mortágua. Um dos depósitos documentais, como vimos, é a garagem de um edifício, naturalmente um local com fraco controlo de arejamento, de luminosidade e de temperatura que origina a deterioração da documentação.

Não sendo um aspeto que tenha esclarecido junto dos responsáveis do município de Mortágua, será pelo menos viável proceder à prevenção em relação a animais roedores. No entanto, e sabendo-se da existência de um número diverso de insetos que ameaçam o

papel, é de considerar a necessidade de implementar um procedimento de controlo de pragas, isto é, de proteção contra insetos.

7.3. Avaliação e seleção documental

A avaliação e seleção documental foram também analisadas em *Todos os nomes*. Sobre este assunto, Saramago foi um pouco irónico, mas ao mesmo tempo inteligente na analogia que fez:

“Em todo o caso, apesar dos numerosos estragos que causam, também têm estes roedores o seu lado positivo, se eles não existissem já a Conservatória Geral teria rebentado pelas costuras, ou já estaria com o dobro do comprimento que tem.” (Saramago, 1997:170).

Sarcasticamente, os ratos como que se tornam arquivistas e de uma forma natural vão destruindo o volume documental que aparentemente está a mais no depósito de arquivo. Não será este o tratamento que um arquivo deverá ter, mas sim uma avaliação e uma seleção documental cuidadas, feita de acordo com os preceitos legais.

Sabe-se que o acervo documental de Mortágua não sofre “ataques” por parte de roedores, mas o problema é que já lá vão alguns anos sem que se tenha promovido uma avaliação e seleção da documentação. Impera, por isso, a contínua aglomeração de documentos.

7.4. Local de Arquivo

O principal requisito para a implementação de um arquivo é o local do mesmo. Como acontece muitas e muitas vezes os arquivos das organizações só são pensados quando estas já estão em funcionamento. Não existe grande preocupação com a criação de um espaço que possibilite a salvaguarda do património arquivístico e em muitos casos o que acontece é o dispersar do fundo documental por diversos locais (cave, sótão, sala dos arrumos, etc.). Por vezes admite-se que a sala, que por acaso até foi idealizada para arquivo, é demasiado pequena, sendo que a solução é aumentá-la. Esta última frase é pensada na ideia transmitida por Saramago no seu livro, no entanto acredito que muitos arquivistas ao lerem este pequeno excerto se sintam familiarizados com a situação.

“De tempos a tempos, quando o congestionamento causado pela acumulação contínua e irresistível dos mortos começa a impedir a passagem dos funcionários pelos corredores

e, em consequência, a dificultar qualquer pesquisa documental, não há mais remédio que deitar abaixo a parede do fundo e voltar a levantá-la uns quantos metros adiante.” (Saramago, 1997:165-166).

Assim já sucedeu no Arquivo do Município de Mortágua, cujos responsáveis sentiram necessidade de aumentar o local do depósito, encontrando como solução deitar abaixo uma parede que separava duas salas distintas. Pode julgar-se que este é um processo simples, que a ideia até é excelente, uma vez que é possível manter os fundos documentais juntos, mas os problemas estruturais irão persistir, pois o volume da documentação continuará a aumentar todos os anos. Normalmente com este tipo de medidas resolvem--se os problemas a curto ou médio prazo. O problema do arquivo voltará, contudo, a surgir anos mais tarde, e nessa altura pensar-se-á que o investimento feito pouco ou nada melhorou o que existia, e que talvez com um pouco mais de capital se teria podido levar a cabo um projeto capaz de cumprir os requisitos de um arquivo e servir a organização envolvente da melhor maneira.

Capítulo III – O Museu

1. Origem e história do Museu

As origens do vocábulo museu recuam à Antiguidade Clássica. Na Grécia Antiga, o termo “mouseion” era o nome dado ao templo das Musas, localizado no monte Helicon, em Atenas (Barbosa, 2006:13).

Durante o Império Romano, a palavra foi adotada pelos latinos, tornando-se “museum” e sendo utilizada para designar a vila reservada à realização de reuniões de carácter filosófico. A cidade de Alexandria, sede da mais importante biblioteca do mundo antigo, foi também o local onde o primeiro “museum” foi organizado por, Ptolomeu I. Quanto à ideia de museu propriamente dito, como hoje o entendemos, ele está relacionado com o gosto pelo colecionismo.

De acordo com os estudos de Rivière (1989), podemos afirmar que o Homem sentiu desde a pré-história o gosto e uma certa necessidade de colecionar. Como nos diz Alonso Fernández (1993:57), “el fenómeno del coleccionismo ha sido en todas las culturas el germen de los museos, trascendiendo un origen puramente europeo, para ser universal”. No início, as coleções pertenciam a particulares, sendo o acesso a elas restrito e reservado a classes sociais mais elevadas.

Considera-se que durante a Idade Média não ocorreram mudanças significativas em relação ao conceito de museu. No período renascentista, porém, surge a ideia de “exposição permanente”. Esta nova dimensão do museu desenvolveu-se em Itália: “*Cest l’ Italie de la Renaissance qui, recherchant les témoignages de l’art antique, créera la notion moderne de musée, où les objets exposés prennent une valeur d’ exemple pour les artistes et les humanités*” (Bazin, 1984:921). O contributo italiano para a alteração do significado de museu ocorre em Florença, no século XV, fruto do desenvolvimento intelectual enraizado nessa cidade, que permitiria o progresso das artes e das ciências.

Ao longo da Idade Moderna, foi também importante o valor que se passou a atribuir ao fator tempo: o reconhecimento por parte do homem de que o tempo influencia na valorização de algo, criando o sentimento da necessidade de recuperar, reencontrar e preservar memórias.

Foi durante o século XVIII, no período do Iluminismo, que os museus deixaram de ser simples “gabinetes de curiosidades”: “chega-se à conceção ilustrada e moderna de museu público” (Barbosa, 2006:15).

Durante as décadas de cinquenta e sessenta do século XVIII, verifica-se que a grande maioria das coleções continuava a pertencer a privados, com algumas exceções no panorama internacional, como é o caso do British Museum de Londres ou da Galeria de Kassel, classificados como património nacional em 1753 e 1760. Deve-se considerar que “nestes museus, pouco a pouco, a natureza e a organização das coleções transformou-se entrando em rutura com a tradição da curiosidade. Passou a haver uma maior especialização não se valorizando apenas as raridades, mas também, os objetos comuns” (Barbosa, 2006:16).

Tal como sucedera com a evolução dos arquivos, também os museus sofreram uma grande transformação após a Revolução Francesa, por motivos idênticos. À semelhança dos arquivos, os museus tornaram-se públicos, e assim o património ficou acessível a todos os cidadãos. Diz-nos Fontanelli (2005:66) que “o acesso às grandes coleções tornou-se mais frequente, em virtude da própria política educacional e cultural que predominava em alguns países da Europa”.

Contudo, o surgimento dos museus começou a ganhar verdadeiro impacto e importância na Europa a partir do século XIX. Basicamente, eram compostos por coleções régias ou oficiais e de organismos culturais, ou formadas graças às doações feitas por figuras ilustres. Não obstante, a abertura de portas às coleções de foro privado generalizaram-se e o público passou a frequentar estes espaços, no que fazia parte de um movimento que contribuiu para “um tríplice papel: educar o indivíduo, estimular o seu senso estético e afirmar o nacional” (Chagas e Santos, 2002:42).

O século XIX ficará para sempre registado na história da museologia, citando de novo Fontanelli (2005:67), “pela organização de centros de pesquisa, influenciados pelo pensamento positivista; pelo carácter de templo de saber que passou a ser atribuído aos Museus; e pela consolidação destes como depositários do património cultural da humanidade”. Muitos dos museus mais famosos do mundo, como o Museu do Prado (Espanha), Museu Mauritshuis (Holanda) e o próprio Palácio de Versalhes (França), têm um aspeto em comum: surgiram em pleno século XIX, numa época em que as coleções particulares se tornaram públicas.

Chegado o século XX, surgem os primeiros problemas graves para os museus e arquivos: com as grandes guerras mundiais, a instauração de regimes ditatoriais e a descolonização, perderam-se muitos objetos e dados que constituíam o património museológico e arquivístico.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da segunda metade da década de quarenta do século XX, surgiram diversas instituições vocacionadas para prestar apoio no campo da museologia, de entre as quais destaco, pela sua importância, a UNESCO e o ICOM (International Council of Museums).

A UNESCO foi criada em Londres a 16 de Novembro 1945 com o propósito de *“contribute to peace and security by promoting collaboration among nations through education, science and culture in order to further universal respect for justice, for the rule of law and for the human rights and fundamental freedoms which are affirmed for the peoples of the world, without distinction of race, sex, language or religion, by the Charter of the United Nations”* (UNESCO, 1982:Preâmbulo). De entre as razões enunciadas para o seu surgimento, destaco a preocupação com a cultura. Neste campo incluem-se, naturalmente, os arquivos e museus. O principal objetivo da UNESCO nesta área reside na criação e aplicação de instrumentos normativos, garantindo assim, a salvaguarda e a promoção da diversidade cultural, bem como assegurar o diálogo intercultural e civilizacional.

No seguimento do aparecimento da UNESCO, logo em 1946 foi criada uma organização voltada especificamente para os museus, o ICOM. Uma das suas missões, talvez a principal, é procurar tomar as medidas necessárias no sentido de conservar/preservar e comunicar/divulgar à sociedade o património natural e cultural existente a nível mundial.

A definição de museus, para o ICOM, é a seguinte: *“The word Museums includes all collections open to the public, of artistic, technical, scientific, historical or archaeological material, including zoos and botanical gardens, but excluding libraries, except in so far as they maintain permanent exhibition rooms”* (ICOM, 1946)⁶.

De uma forma geral, e conforme explicámos já, a ideia de um museu estava ligada à de uma coleção. O ICOM teve um contributo fulcral na mudança de paradigma, mostrando

⁶ Informação recolhida do sítio web do ICOM, na página dedicada ao desenvolvimento da definição Museu de acordo com os estatutos do ICOM, Acedido em 20 de maio de 2013, disponível em: http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html

que a função do Museu é servir a sociedade de forma permanente em diversos níveis intelectuais e ajudando os museus a crescer e a transformar-se. Podemos afirmar, hoje, que um museu pode ser atualizado a cada momento que a tecnologia avança. As temáticas abordadas para implementar um museu são as que estiverem ao alcance da imaginação humana, com a dimensão social da museologia a atingir uma nova era.

2. Emergência de uma nova era museológica – a nova museologia

Várias são as palavras que se podem escrever para explicar o presente e o futuro dos museus, desde a mutação, a “webização”, a adaptação ou a diversificação museológicas. A verdade é que na atualidade os museus encontram-se reconfigurados. A nova corrente museológica é muito influenciada por disciplinas como o Marketing, a Informática ou a Gestão, o que levou a Museologia a redefinir as suas estratégias de atuação, focando-se nos utilizadores e nos meios de comunicação para chegar até eles. Para além da vertente tecnológica, os museus preocupam-se agora com a comunidade, a ecologia e a multidisciplinaridade. Como nos diz Alonso Fernández (1999:83), *“el nuevo museo antepone enfoque interdisciplinal y ecológico, el acento estriba en las relaciones entre el hombre y su medioambiente natural e cultural”;* *“Su razón de ser es estar al servicio de una comunidad específica. El museo se vuelve actor y útil del desarrollo cultural social y económico de un grupo determinado”*.

O ponto de partida desta revolução nos museus terá sido dado no Brasil, decorria o ano de 1958, por ocasião de um encontro organizado pela UNESCO que tinha como objetivo analisar algumas temáticas e problemáticas dos museus. Neste Seminário do Rio de Janeiro abordaram-se pontos que anteriormente nunca haviam sido questionados pelos profissionais dos museus (Santos, 2002).

De entre os princípios básicos norteadores das ações do movimento denominado de Nova Museologia, evidencia-se em 1972 o documento redigido no final da Mesa Redonda de Santiago do Chile, conhecido como a Declaração de Santiago do Chile.

Aí foi dado o pontapé inicial para uma ação museológica que considera os problemas sociais, económicos e culturais, cumprindo aos Museus serem partes ativas, proporcionando ações de esclarecimento educativo.

De acordo com Constância (1993:64), “esta declaração se afirma como uma nítida rejeição à usual introspeção dos museus, mais característica de um colecionismo individual mesquinho, e preconiza uma atitude de intervenção social que terá de ter em

conta os desafios inerentes às grandes transformações mundiais, bem como os cenários produzidos por um desenvolvimento tecnológico acelerado, não acompanhado por um desenvolvimento cultural, principal responsável pelo desequilíbrio cultural e socioeconómico entre os países.”

A cultura e a identidade resultariam de fenómenos construtivos, de processos interativos e dinâmicos, desencadeados no dia-a-dia. Abrem-se os caminhos a novas culturas, ou, melhor dizendo, o conhecimento da nossa cultura passa pelo conhecimento de outras, sendo a nossa mais uma no meio de tantas.

Surge ainda neste encontro a noção de museu integral, que para além da conceção de museu considerava ainda a totalidade dos problemas da sociedade. Esta nova perspetiva de museu integral enquadrava-se numa problemática relação homem/natureza; uma noção de museologia mais ampla, abrindo espaço no seu seio para novas disciplinas, como a sociologia da natureza e a biologia, e que se preocupa com os fenómenos sociais.

Neste processo evolutivo da museologia, dá-se uma passagem da ideia de um sujeito passivo e contemplativo para a de um sujeito que, pelo contrário, age e transforma a realidade. Como resultado desta mudança desenvolve-se uma perspetiva diferente, baseada no apropriar-se e reapropriar-se do património cultural, construindo uma nova prática social.

Neste processo construtivo o ser humano é parte ativa e fundamental, como nos diz o filósofo Karel Kosik (2002, *apud* Schneider, 2010:9): “a dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no facto de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis; para assim conhecer como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo baseia-se nos resultados da prática humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e comporta-se antes de tudo como ser prático.”

Anos mais tarde, em 1984, realiza-se o I Atelier Internacional da Nova Museologia, em Québec. Este seminário teve como base algo já anunciado na declaração de Santiago do Chile: “o museu é uma instituição ao serviço da sociedade na qual é parte integrante e

que possui em si própria os elementos que lhe permitem participar na formação das consciências das comunidades a que serve” (Moutinho, 1993:5).

Como resultado do referido evento e na sequência das propostas nele apresentadas, foi assinada a Declaração de Québec de 1984. As principais ideias nela contidas foram assim resumidas por Primo (1999:12):

“A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender as suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, melhorando a sua ação em relação ao meio humano e físico”.

Nesse mesmo ano de 1984, assina-se outro documento, a Declaração de Oaxtepec, no México, que realça a importância da interdisciplinaridade e da relação indissolúvel entre território, património e comunidade. De novo recorremos a Primo (1999:13) para apresentar um resumo desta Declaração:

“La participación comunitaria evita las dificultades de comunicación, característica del monólogo museográfico emprendido por el especialista, y recoge las tradiciones y la memoria colectivas, ubicándolas el lado del conocimiento científico.”

No decurso desta reunião estabeleceu-se uma distinção entre a Nova Museologia e a Museologia Tradicional e promoveu-se a ideia da preservação *in situ*, dado que a retirada de determinado património do seu contexto natural irá descaracterizá-lo, transformando a sua forma original (Primo, 1999:14).

Há mais três aspetos a reter deste evento levado a cabo no México: primeiro a maior abrangência da representação do património cultural e, por consequência, do conceito de objeto museológico; segundo, a ideia de uma museologia orientada para o desenvolvimento da comunidade, na esperança de que esta tenha capacidade para tomar conta dos seus centros culturais; e por último, a obrigação da museologia estar atenta e ligada a outras áreas de conhecimento científico e das ciências sociais.

Nos inícios da década de noventa do século XX, em 1992, concebeu-se um novo encontro, desta feita na Venezuela, no qual foi produzida a Declaração de Caracas, de acordo com a qual: “a função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as atividades específicas do museu, tais como a coleção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os

museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais.” (Primo, 1999:14-15).

Um dos principais fundamentos deste encontro realizado na Venezuela era a verificação/diagnóstico da situação em que se encontram os museus da América Latina. No diálogo mantido em Caracas fez-se uma retrospectiva dos vinte anos anteriores, procurando conhecer quais os contributos das mudanças sócio/políticas, económicas e tecnológicas, assim como os efeitos das transformações conceptuais e operacionais dos museus. Também aí se fez uma reformulação da noção de “museu integral” apresentada em Santiago do Chile, passando a falar-se, agora, de “museu integrado na comunidade”. No seguimento desta noção, o encontro promovido na Venezuela distinguiu-se dos restantes pelas diversas sugestões apresentadas e que pretendiam oferecer à museologia uma estratégia que visasse uma maior abrangência interdisciplinar e a prevenção de eventuais riscos, isto é, a implementação de medidas de gestão e planeamento nos Museus. Este modo de atuação foi pensado para responsabilizar os museus como gestores da sociedade e para os aproximar da comunidade. Para atingir e prosseguir estes objetivos, os responsáveis pela museologia deveriam redefinir o seu modo de atuação, focando-se na preparação e conceção das coleções, na prevenção e conservação do património, nos métodos de investigação e de promoção educativa e modo de transmissão/divulgação das exposições.

Com a evolução da sociedade, o contexto em que os museus operam foi sofrendo constantes e rápidas transformações, que conduziram a que, nos dias de hoje, a museologia se apresente reconfigurada. Considerando as mudanças sociais e tecnológicas dos últimos anos, exige-se aos museus que se centrem nos utilizadores e que definam novas estratégias de captação de públicos, estando obrigados a adotar medidas criativas para abranger toda a comunidade. Esta metodologia de ação permite aos responsáveis dos museus e à nova museologia assegurarem uma visão multicultural e global, em contraposição à museologia tradicional.

Verificamos, assim, que a posição dos museus na sociedade está hoje totalmente modificada, tendo-se eles tornado espaços de lazer cultural, de conhecimento e ciência. Como foi já referido, os museólogos viram-se obrigados a recorrer ao marketing, ao planeamento e à gestão, passando assim os museus a estar capacitados para oferecer mais valências aos visitantes, satisfazendo as suas necessidades, permitindo que estes

permaneçam mais tempo no local. Estas medidas são fundamentais, por um lado, porque possibilitam aumentar a receita e por outro, por potenciar o museu para o lazer e o turismo, divulgando o seu espólio e o território em que se encontra integrado. Nestas circunstâncias, e face à situação de desemprego vivida no nosso país, a aposta num museu pode constituir uma forte alavanca para aumentar o empreendedorismo local, permitindo a contratação de diversos recursos humanos (técnicos de turismo, de marketing e gestores).

3. Ecomuseu – da comunidade para a comunidade

Na sequência do desenvolvimento desta nova museologia, foram postas em prática durante a segunda metade do século XX diversas ações no sentido de implementar e desenvolver o conceito de ecomuseu.

Na década de setenta do século XX os museus ganharam um destaque importante na sociedade, os seus gestores e responsáveis começaram a voltar-se para os turistas e procuraram assegurar algum prestígio nas relações internacionais.

Em 1971, o ICOM promoveu em França uma conferência que tinha por objetivo uma demarcação dos museus em relação ao seu passado, isto é, pretendia-se desenvolver uma mudança radical das orientações museológicas, vista como a solução para evitar o fim dos museus, que se temia. Numa fase experimental, realizaram-se alguns projetos sociais em bairros do Chile e dos EUA, “envolvendo as pessoas que lá habitavam e que, a pouco e pouco, os seus propósitos se difundiam e eram reconhecidos pela comunidade internacional” (Azevedo, 2010:44).

Esta conferência, de acordo com Hugues de Varine (1978, *apud* Azevedo, 2010:44), terá sido um grande passo para a busca de uma nova museologia, em especial depois da intervenção do então Ministro do Ambiente de França, que defendera a existência de uma ligação entre o museu e o meio ambiente.

Como consequência desta exposição, o à época diretor do ICOM, Hugues de Varine, viu-se obrigado a estabelecer um termo que definisse e relacionasse o museu com a natureza (Azevedo, 2010:44). Assim se assistiu ao nascimento do protótipo dos ecomuseus, chamado *Maison de l’Homme et de l’Industrie*, criado na localidade de Creusot, assente nas noções de ecologia humana, de comunidade social, de entidade administrativa e, sobretudo, na definição do território e da vontade de contribuir para o seu desenvolvimento.

Como nos diz Graça Filipe (2000, *apud* Azevedo, 2010:44), era a primeira vez que uma instituição museológica desenvolvia uma importante ação cultural, na qual se inseria a vertente comunitária, ambiental e local, contribuindo desta forma para o progresso do território.

Este tipo de projetos ecomuseológicos envolve de tal maneira a comunidade local, que esta sente-se consciencializada da sua missão como responsável pela garantia dos testemunhos coletivos e dos valores identitários.

Em 1972, no decorrer de mais um colóquio internacional promovido pelo ICOM, expôs-se a normalização do conceito de ecomuseu no meio museológico. De acordo com Hugues de Varine (1978, *apud* Azevedo, 2010:45), as características que um ecomuseu deve reunir são as seguintes:

- “a) A realização ou o apoio em estudos sobre o meio onde se insere o museu, de carácter interdisciplinar, sobre os aspetos patrimoniais e de desenvolvimento cultural e natural, colocando a tónica nos sistemas de relações e suas transformações ao longo do tempo;
- b) Criar ou prestar apoio à criação de um fundo documental sobre o território em estudo;
- c) Empreender ou ajudar a empreender uma política de aquisições de várias tipologias de bens patrimoniais, representativos do ambiente e do território;
- d) Fazer a comunicação ao público dos bens culturais, por meio de exposições permanentes, temporárias ou itinerantes, com a utilização de meios audiovisuais de modo a evocar o ambiente no tempo e no espaço e, de uma forma indireta, suscitar a participação ativa das comunidades através de textos escritos e verbais ou outros meios de comunicação;
- e) Incentivar a população local para a preservação do património cultural e natural;
- f) Realizar diversas ações no interior do museu, junto do seu público, e fora do espaço físico junto das pessoas que vivem no território.”

O campo de ação dos ecomuseus torna-se bem mais amplo e ao mesmo tempo muito exigente, obrigando à realização de atividades multidisciplinares, isto é, abrangendo diversas áreas do conhecimento. A ecomuseologia desenvolveu-se no sentido de criar um novo modelo museológico de atuação que se multiplica em diversas áreas

patrimoniais, colocando desafios às equipas técnicas que deverão assegurar um trabalho de análise e verificação do património envolvente.

Mais uma vez recorro às palavras de Varine (1978, *apud* Azevedo, 2010:45) para distinguir dois tipos de ecomuseus:

- “Os que estão intimamente ligados ao meio ambiente, à vida natural e cultural e que se situam, na maior parte das vezes, dentro de parques naturais;”
- “Os que podem ser encarados como processos em constante evolução, de carácter experimental e que se justificam, essencialmente, como instrumentos para o desenvolvimento comunitário.”

É de salientar que a população local assume uma dupla função nos ecomuseus, a de objeto e de protagonista. O objeto identifica-se como o detentor do património imaterial; já o ser protagonista deve-se à sua presença e à transmissão de saberes, usos e costumes. Assim sendo, o público transforma-se quer em ator, quer em animador das atividades desenvolvidas.

O museólogo Hugues de Varine defendera também que os ecomuseus, vistos como museus de território, não podem focar os seus objetivos apenas no reforço identificativo de uma sociedade ou território, nem investir apenas e só como instrumento educativo popular ou patrimonial. Os profissionais de ecomuseologia devem desenvolver métodos de atuação que promovam o envolvimento da comunidade na promoção e divulgação do seu património, permitindo o progresso local através de um movimento coletivo.

Deste modo, os museus funcionam como um instrumento suplementar no processo dinâmico de desenvolvimento territorial.

Enquadrando os museus numa perspetiva territorial, devemos considerar que este é o único meio que permite considerar globalmente o património desse território como recurso e responsabilizar os respetivos proprietários, bem como sensibilizar a população, influenciando eficazmente na educação das várias gerações.

No que diz respeito à realidade portuguesa, devemos citar o arquiteto paisagista Fernando Santos Pessoa como o grande impulsionador da ecomuseologia no nosso país. Assim em finais dos anos setenta do século XX, este arquiteto, influenciado pela corrente museológica francesa da época, pensou implementar no parque natural da Serra da Estrela um projeto ecomuseológico. Talvez por se tratar de uma ideia um pouco revolucionária para altura, não foi permitido o desenvolvimento desse projeto.

De uma maneira natural e até involuntária, durante a década de oitenta foi promovido um trabalho de reconhecimento e de levantamento patrimonial com participação da comunidade, no município do Seixal, cujo objetivo era a constituição do museu municipal. Um ano após a sua inauguração, e dada a envolvimento e a relação entre comunidade e território que apresentava, Hugues de Varine reconheceu que tal instituição era constituída de acordo com o modelo ecomuseológico, surgindo assim, o primeiro ecomuseu em Portugal: o Ecomuseu Municipal do Seixal.

À semelhança do sucedido no Seixal, várias foram as instituições que foram apostando na ecomuseologia como canal de transmissão, educação e caracterização social de determinada região. Em suma, a ecomuseologia considera o território e a comunidade como objeto museológico, para além de encarar a envolvimento e interpretação do património cultural e natural em toda a extensão territorial. No seu processo evolutivo, os ecomuseus, para além do referido anteriormente, devem ainda desenvolver um estudo interdisciplinar das relações promovidas ao longo do tempo e realizar atividades que envolvam as pessoas da comunidade e a elas se destinem, cumprindo o objetivo fundamental dos ecomuseus, que é assegurar o desenvolvimento global da população local.

4. Museus como pólo de desenvolvimento local

No contexto económico atual, a criação de um museu poderá constituir uma forma de possibilitar a algumas regiões, especialmente do interior, a garantia de algum retorno financeiro através da promoção e divulgação do seu património.

Esta perspetiva de desenvolvimento local através da museologia já não vem de hoje, como já vimos ao referir o impacto das conclusões da Mesa Redonda de Santiago do Chile.

Entender os museus como sendo um mecanismo de desenvolvimento local está associado à utilização, à dimensão e à valorização do recurso/produto património, isto é, o património cultural ou natural de uma sociedade é trabalhado, recuperado, estudado e difundido. Os museus são, assim, “espelhos” de uma comunidade, uma vez que garantem a conservação e a dinamização do património local. De acordo com José Mendes (1999:25), “hoje, não existe, por assim dizer, nenhuma localidade, cidade ou aldeola que não queira possuir um Museu, o que não está necessariamente ligado apenas

ao desejo, aliás bem patente, de uma população em busca da sua história e da sua identidade regional”.

De uma maneira geral, a museologia tem-se desenvolvido em Portugal, graças sobretudo a investimentos e apoios prestados pelo Estado, tanto pela administração central como pela local, por empresas e por outras organizações. Este interesse não me parece ingénuo, mas sim um acordar para uma política cultural assente num desenvolvimento local que ao mesmo tempo assegura a salvaguarda e vinculação do património. Em todas as áreas de conhecimento é necessário garantir apoios para a sua criação, evolução e consolidação, e a museologia não constitui, naturalmente, exceção. É legítimo afirmar que se não houvesse interesse e aposta financeira por parte das instituições acima assinaladas a museologia poderia ter os seus dias contados.

Com o tempo, os museus viram-se obrigados a adaptarem-se às transformações da sociedade e às crescentes exigências dos públicos. Nesta linha, alguns responsáveis culturais identificaram os museus como veículo fundamental para o desenvolvimento de determinadas regiões, locais, cidades ou vilas. A orientação funcional dos museus fixou-se em dois pólos: trabalho do fundo histórico e cultural; e agente promocional e dinâmico de determinada sociedade, contribuindo desta forma para o desenvolvimento e reconhecimento locais.

De acordo com Judite Primo (2000:39), a museologia deverá ter capacidade e astúcia para conseguir tornar-se um instrumento de desenvolvimento pessoal e também de desenvolvimento local. A abrangência funcional dos museus torna-se assim maior e com outra responsabilidade, devendo os seus dirigentes preocupar-se e intervir em aspetos sociais. É fundamental conhecer a comunidade em que o museu está inserido, analisar os seus problemas e orientar possíveis soluções para as pessoas que são parte integrante dessa comunidade, devendo de seguida prosseguir para a interpretação dos efeitos e importância dessa intervenção junto da população.

De entre os diversos autores que têm estudado a relação entre museus e desenvolvimento local, destaco Fernando Moreira (2007:14-15), que se refere a dois principais motivos para o surgimento de museus locais, a saber: promover a recolha e garantir a conservação de tradições e manifestações históricas e consideradas importantes, servindo de reconhecimento e informação para o presente e transmitindo valores de gerações no futuro (museu-armazém, com funções de salvaguarda); assegurar

o desenvolvimento social e local através da cultura (museu com papel ativo e como processo construtivo).

Para Fernando João Moreira, os museus locais são um instrumento evolutivo que poderá influenciar e trabalhar em dois níveis distintos: internamente, certificando o bem-estar do património material e imaterial, da população e do território envolvente; e em termos externos atingindo e garantindo esse bem-estar indiretamente (Primo, 2006:49).

A atividade de um museu local quando, vista de um nível interno, proporciona o desenvolvimento de toda uma série de fatores (Primo, 2006:49-50):

- estudo e divulgação de elementos identitários locais;
- divulgação de laços interpessoais, fortalecendo a ideia e vivência em comunidade;
- envolvimento e integração de recém-chegados e grupos excluídos da sociedade;
- divulgação da identidade territorial dos habitantes, passando e promovendo a ideia de espaço vivido em espaço sentido;
- promoção da pertença na comunidade, criando um ambiente dinâmico;
- trabalho/pesquisa e reconhecimento de usos, saberes e costumes e técnicas tradicionais, fortalecendo as raízes locais, procurando valorizá-las economicamente;
- organização de *workshops* e formações da população em áreas consideradas necessárias;
- promoção de atividades de esclarecimento e educação relacionadas com o produto principal do museu: a população e os possíveis problemas territoriais.

Numa perspetiva externa, os museus locais devem promover ações de valorização que visem (Primo, 2006:51):

- atração turística, funcionando o museu como polo turístico local;
- divulgação externa do património cultural existente;
- aposta na promoção de produtos típicos locais, fortalecendo a visão tradicional da povoação e valorizando o seu sistema produtivo;

- apresentar e dar a conhecer aos turistas os valores locais e desta forma educá-los, promovendo um turismo responsável, sustentável e dinâmico;
- desenvolver atividades que visem a melhoria das condições de vida e assegurem a satisfação das comunidades.

Resumidamente, os museus, na sua dimensão interna, são promotores de ações, de processos, em que a população local é considerada o interveniente fundamental; e numa dimensão externa devem ser considerados como espaços de contemplação, dando primazia à observação por parte do público.

Em Portugal, os museus locais começaram a surgir em meados dos anos setenta do século XX. Influenciados pelas correntes museológicas da época, os responsáveis pelas autarquias locais e/ou associações locais empenharam-se na criação de museus que, visassem a participação da comunidade, inserindo-se nela e promovendo assim o desenvolvimento local.

Capítulo IV – Apresentação e Análise do Inquérito aos Municípios

O presente capítulo desenvolve-se em dois pontos: o primeiro será dedicado aos objetivos do estudo realizado, à metodologia utilizada e os principais indicadores da aplicação; o segundo ponto enunciará os resultados obtidos a partir dos inquéritos dirigidos aos mortaguenses e ao que estes entendem sobre a cultura – mais concretamente sobre os arquivos e museus municipais. Este inquérito tem o propósito de estudar e dar conhecer o perfil, as características e as motivações dos mortaguenses e a sua relação com a cultura (anexo A).

1. Objetivo, metodologia e balanço da aplicação

1.1. Objetivo

A realização de um inquérito junto dos mortaguenses constitui um elemento complementar de avaliação para o principal objetivo deste trabalho, a possível construção de um arquivo e museu municipal em Mortágua. A inquirição aos mortaguenses decorreu durante o período compreendido entre os meses de abril, maio e junho de 2013.

1.2. Metodologia

Na recolha de informação utilizou-se um questionário escrito, preenchido apenas por habitantes do município de Mortágua e de natureza confidencial. A estrutura e conteúdo do inquérito foram elaborados por mim, tendo como linha de orientação o inquérito construído em *Turismo Backpacker um retrato de Portugal* (Rebelo, 2012). A aplicação foi efetuada a três níveis, recolhendo-se inquéritos através dos serviços municipais de Mortágua (Biblioteca Municipal e Posto de Turismo); do Agrupamento de Escolas de Mortágua e do típico inquérito de rua.

O questionário foi escrito somente em língua portuguesa, uma vez que se destinava apenas a residentes do concelho de Mortágua e/ou emigrantes aí residentes. O questionário era composto por 25 perguntas, duas de resposta aberta, enquanto as restantes eram de resposta fechada. O tempo estimado de preenchimento variou entre os 5 e os 10 minutos.

No momento de entrega dos inquéritos eram explicados, de forma sucinta, os seus objetivos e a relevância de participação. Nos primeiros dias, verificaram-se algumas dificuldades, como seria de esperar, havendo necessidade de esclarecer dúvidas e certas situações mais complexas do seu conteúdo.

Para calcular a amostragem necessária, tendo em conta a população de Mortágua, recorreu-se ao estudo de Alves (2006:17) e a ferramentas de cálculo disponíveis na internet⁷. Assim sendo, para um universo de 9607 habitantes optou-se por um nível de confiança de 90%, com uma margem de erro de 5%, pelo que a dimensão da amostra corresponde a 264 indivíduos.

Convém mais uma vez referir que o inquérito serve de apoio à elaboração deste trabalho e todos os dados tratados serão utilizados para completar e esporadicamente justificar algumas opções a tomar no decurso do projeto.

1.3. Balanço da aplicação

Durante a fase de distribuição de inquéritos foram recolhidas 317 respostas. Após a recolha foi feita uma primeira verificação das respostas. Seguidamente deu-se início à introdução dos dados em suporte informático (Google Drive e Excel), procedendo-se também à identificação das respostas abertas. O passo seguinte conduziu à avaliação dos questionários válidos, isto é, eliminou-se todos os que se apresentavam incompletos. No final, foi possível apurar 271 questionários válidos, que representam 85,5% dos recolhidos.

2. Resultados do inquérito

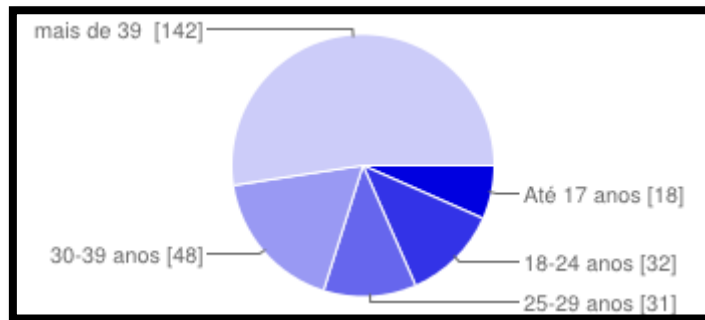
a) Caraterização da população

Idade

Na análise da idade verificou-se que os inquiridos têm maioritariamente mais de 39 anos, o que corresponde a uma percentagem de 52%.

⁷ Dados tratados através de uma aplicação fornecida pela Raosoft, trata-se de uma base de dados online que permite a recolha e tratamento de dados, disponível em: <http://www.raosoft.com/samplesize.html>

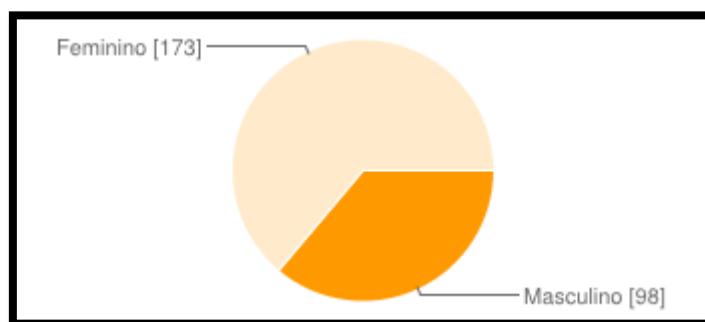
Gráfico 1 - Idade dos munícipes



Sexo

Em relação ao género, 64% dos indivíduos (um total de 173) são do sexo feminino. O sexo masculino corresponde aos restantes 36%, com 98 sujeitos.

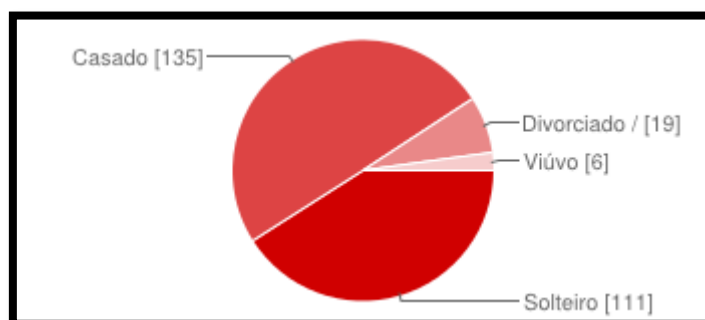
Gráfico 2 - Sexo dos munícipes



Estado Civil

Quanto ao estado civil dos mortaguenses que responderam, evidencia-se a situação de casado, com 50% (135) face à de solteiro, com 41% (111), apresentado as restantes situações percentagens notoriamente mais baixas.

Gráfico 3 - Estado civil dos munícipes



Filhos

146 dos mortaguenses inquiridos tem filhos (54%), os restantes 125 não (46%). Quanto ao número de filhos, em resposta aberta, a larga maioria referiu que tem entre 1 a 2 filhos.

Gráfico 4 - Percentagem de mortaguenses com filhos

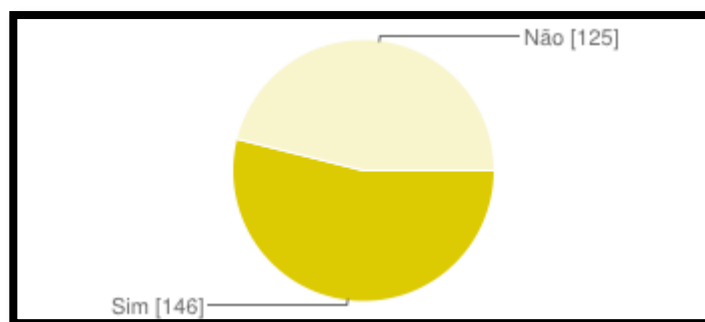


Tabela 1 - Número de filhos

Número de filhos	Respostas
1	60
2	73
3	11
4	1

Habilitações literárias

Existe uma grande percentagem de mortaguenses inquiridos que possui o ensino secundário (44%), enquanto 36% afirma ter um nível de instrução superior. Os restantes dividem-se por 12% para quem tem o 3º ciclo do ensino básico, 6% não mais do que o 1º ciclo e 3% tem apenas o 2º ciclo de escolaridade.

Dos 97 inquiridos com ensino superior, na sua maioria possuem o grau de licenciatura (79%), 9% possuem uma pós-graduação, 8 o grau de mestre (8%); 3 fizeram o doutoramento (3%).

Gráfico 5 - Nível de escolaridade

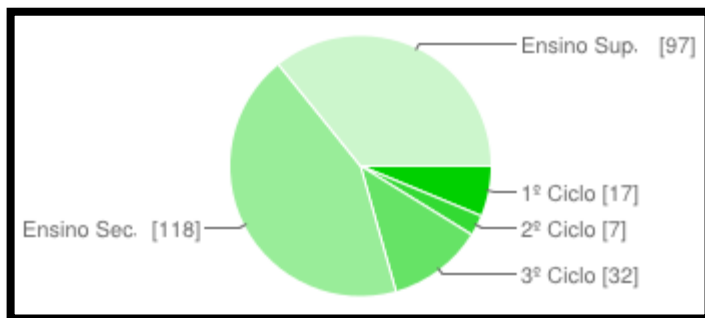
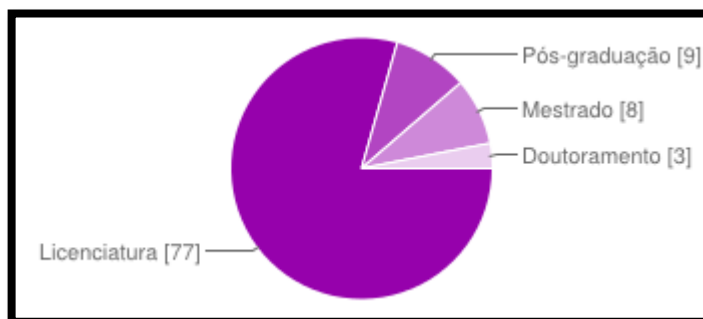


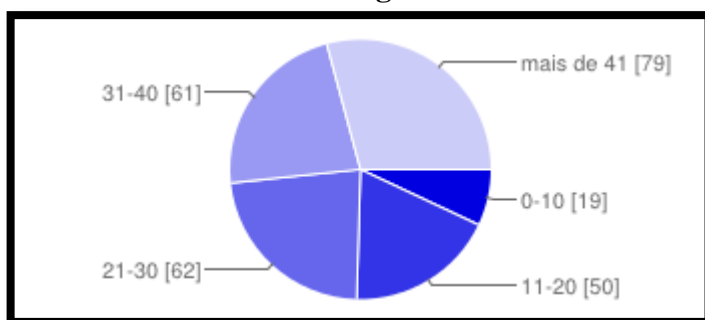
Gráfico 6 - Ensino Superior



Anos de residência em Mortágua

O gráfico 7 mostra-nos há quantos anos vivem os inquiridos no município de Mortágua: 29% há mais de 41 anos, 23% entre 21-30 e 31-40 anos. A habitar no concelho há 11-20 anos contam-se 18%, apenas 7% que responderam vivem há menos de 10 anos em Mortágua.

Gráfico 7 - Número de anos a residir em Mortágua



Meios de informação preferidos

A preferência da população mortaguense inquirida quanto a meios de comunicação/informação recai sobre a televisão, logo seguida da internet.

Tabela 2 - Meios de informação

Meios de informação	Escolha dos inquiridos
TV	241
Internet	215
Jornal	152
Rádio	112
Revista	94
Arquivo/Biblioteca	44

Ocupação dos tempos livres

Os dados recolhidos no inquérito mostram que o cinema é considerado a ocupação mais interessante para os tempos livres dos mortaguenses que responderam.

Tabela 3 - Ocupação tempos livres

Ocupações	Escolhas dos inquiridos
Cinema	165
Praia	149
Concertos de Música	119
Teatro	73
Futebol	72

Em resposta aberta foi pedido aos inquiridos que mencionassem outras atividades que gostam de fazer durante os tempos livres; a mais referida foi a leitura, seguida de perto pelas caminhadas, havendo também um número expressivo de praticantes de ciclismo ou BTT.

Tabela 4 - Outras ocupações dos tempos livres

Outras Ocupações	Escolhas dos inquiridos
Ler	29
Caminhadas	20
Ciclismo/BTT	16
Jardinagem	10

Desporto	9
Turismo/Visitar Monumentos	7
Música	7
Viajar	7
Cuidar/Explorar a natureza	5
Voluntariado	3
Hipismo	3
Atletismo	2
Dança	2
Motociclismo	2
Pintar	2
Ginástica	1
Pesca	1
Convívio	1
Voleibol	1
Natação	1
Campismo	1
Surf	1
Fotografar	1
Agricultura	1

Distribuição das atividades ao longo do ano

Quando questionados sobre a altura do ano em que há menos atividades/ocupações culturais, a resposta dos mortaguenses incidiu de forma claramente maioritária sobre o inverno, seguido, de longe, pelo outono.

Tabela 5 - Estação do ano como menos atividades culturais

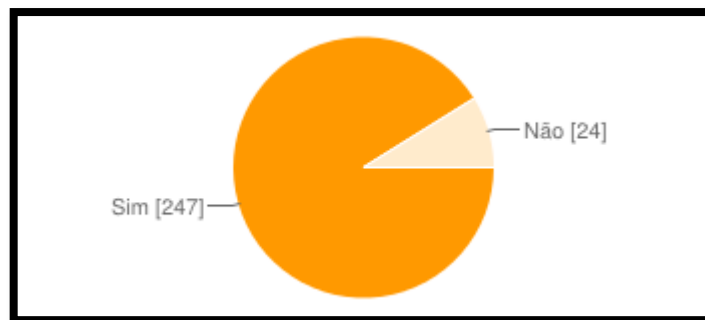
Estações do ano	Escolhas dos inquiridos
Inverno	230
Outono	56
Verão	13
Primavera	5

b) Conhecimento específico sobre a cultura

Definição de cultura

Tendo sido colocados perante a afirmação de que a cultura é a identidade/caraterização de um grupo, uma região ou país, 91% dos inquiridos concorda com a definição dada, havendo 9% discordantes.

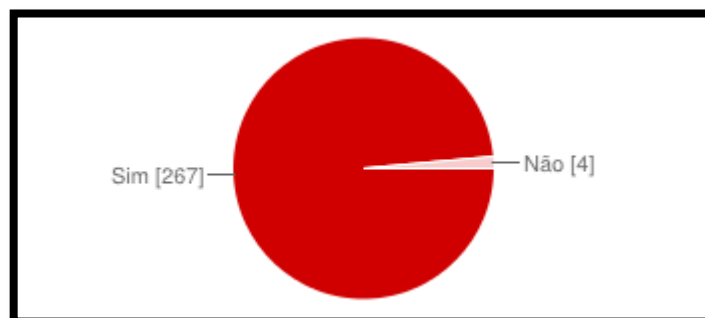
Gráfico 8 - Noção de Cultura



Portugal e o potencial da cultura e turismo

A esmagadora maioria dos mortaguenses (99%) vê a cultura e o turismo como elementos para potenciar o desenvolvimento de Portugal e acolher mais turistas no futuro.

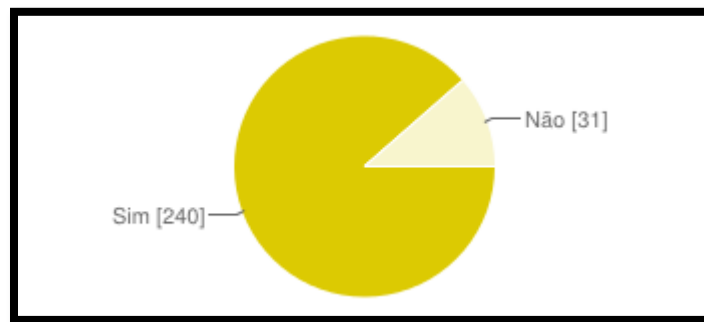
Gráfico 9 - Portugal poderá potenciar-se através da Cultura e do Turismo?



Mortágua e locais ou património de interesse

A larga maioria dos mortaguenses inquiridos (89%) afirma que Mortágua tem locais ou património de interesse.

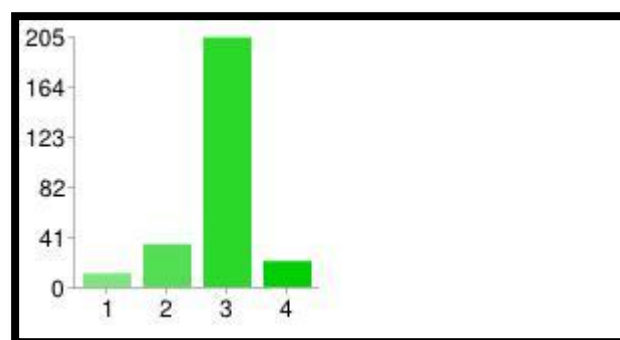
Gráfico 10 - Locais ou património com interesse em Mortágua



Serviço cultural prestado pelo município de Mortágua

No que diz respeito aos níveis de satisfação da população de Mortágua em relação ao serviço cultural prestado pelo município, 75% dos inquiridos sente-se satisfeito, 13% insatisfeito, 8% muito satisfeito e 4% insatisfeito.

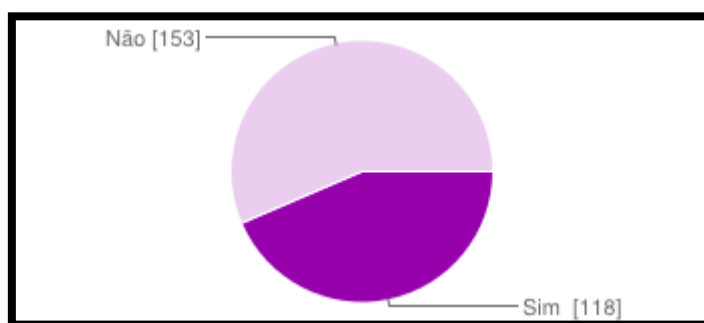
Gráfico 11 - Nível de satisfação em relação ao serviço cultural prestado



País, Cidade ou Município que tenha impressionado pela qualidade e desenvolvimento no setor cultural

56% não ficaram impressionados com o serviço cultural prestado por nenhum país, cidade ou município; os restantes 44% entendem que há locais com relevante interesse no que toca ao desenvolvimento cultural.

Gráfico 12 – Serviço cultural prestado por um país, cidade ou município que tenha impressionado



Em resposta aberta, foi solicitado aos inquiridos que referissem locais que os tenham impressionado pelo serviço cultural prestado. Foram contabilizadas 256 sugestões, divididas por países, cidades e municípios.

Tabela 6 - Países sugeridos

Países	Número de pessoas a sugerir
França	11
Itália	7
Espanha	5
Bélgica	4
Inglaterra	4
Portugal	3
Luxemburgo	3
EUA	3
Suíça	2

Alemanha	2
Holanda	2
República Checa	1
Egipto	1
Cuba	1
México	1
Grécia	1
Marrocos	1
Rússia	1
Total	53

Das 53 sugestões sobre países que tenham impressionado pelo serviço cultural prestado, evidencia-se a opção França, seguido de Itália e de Espanha.

Tabela 7 - Cidades sugeridas

País	Cidade	Número de pessoas a sugerir
Portugal	Porto	21
	Coimbra	16
	Lisboa	15
	Aveiro	13
	Guimarães	11
	Viseu	10
	Évora	9

	Braga	9
	Leiria	6
	Beja	4
	Santarém	2
	Faro	2
	Tondela	2
	Albergaria-a-Velha	2
	Alcobaça	2
	Peniche	2
	Viana do Castelo	2
	Covilhã	1
	Bragança	1
	Funchal	1
	Anadia	1
	Águeda	1
	São Pedro do Sul	1
	Mêda	1
	Trancoso	1
	Lamego	1
	Setúbal	1
	Vila Real	1
Espanha	Barcelona	4
	Madrid	3
	Sevilha	2
	Granada	1
Itália	Roma	3

	Veneza	2
	Florença	1
França	Paris	9
	Marselha	1
	Bordéus	1
Inglaterra	Londres	5
Áustria	Bregenz	1
Bélgica	Bruxelas	1
Grécia	Atenas	1
EUA	Nova Iorque	2
Total		176

Recolheram-se 176 sugestões de cidades com serviços culturais muito interessantes. 23 dos inquiridos mencionam o Porto como a cidade portuguesa que melhores índices de programas culturais apresenta, seguindo-se Coimbra, Lisboa e Aveiro. Em termos internacionais, Paris foi a cidade mais mencionada, seguida de Londres e Barcelona.

Tabela 8 - Municípios sugeridos

País	Municípios	Número de pessoas a sugerir
Portugal	Óbidos	3
	Mortágua	3
	Nazaré	2
	São Martinho do Porto	2
	Golegã	1
	Torres do Bouro	1
	São João da Pesqueira	1

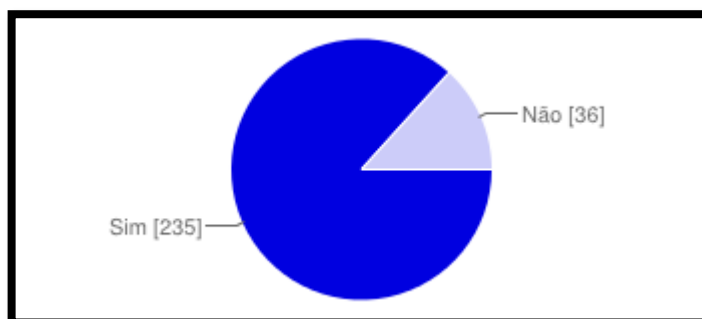
	Lousã	1
	Pedrogão	1
	Carregal do Sal	1
	Condeixa	1
	Mafra	1
	Sintra	1
	Cidadelhe (Pinhel)	1
	Caminha	1
	Arganil	1
	Vila Nova da Cerveira	1
	Lijó (Barcelos)	1
	Ericeira	1
Espanha	Lloret de Mar	1
França	Essonne	1
Total		27

Foram dadas 27 sugestões de municípios que tenham impressionado os mortaguenses em termos culturais. Em Portugal foram referidos 25, dos quais destaco Óbidos e Mortágua como os mais sugeridos, mas apenas com 3 respostas cada, seguidos de Nazaré e São Martinho do Porto. A escolha de Óbidos está possivelmente relacionada com as diversas atividades culturais com forte cobertura mediática promovidas ao longo do ano neste concelho.

Cultura e o combate à crise

Para 87% dos inquiridos, a cultura é vista como um elemento/instrumento que poderá ajudar a atenuar a crise financeira vivida em Portugal.

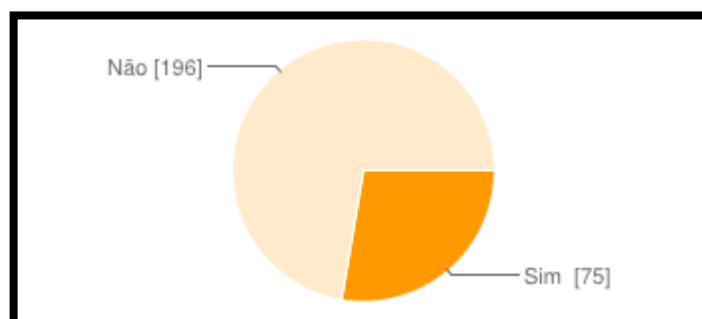
Gráfico 13 - Gestão cultural e o combater à crise financeira



Visita a um arquivo municipal

Apenas 28% dos inquiridos afirma ter ido a um arquivo municipal, como utilizador ou como visitante; os restantes 72% nunca o fizeram.

Gráfico 14 - Visita a Arquivo Municipal



Conhecimentos sobre o arquivo municipal

Sobre um conjunto de aspetos e características particulares dos arquivos, foi pedido aos inquiridos uma avaliação acerca da sua relevância de acordo com uma escala de importância que varia entre o 1 (nada importante) e o 5 (muito importante). Verificou-se que as avaliações de sentido positivo são maioritárias em todas as parcelas. A característica maioritariamente apontada como mais importante num arquivo é a conservação da documentação; de um modo mais genérico, a função desempenhada por um arquivo foi considerada importante por 64% dos inquiridos.

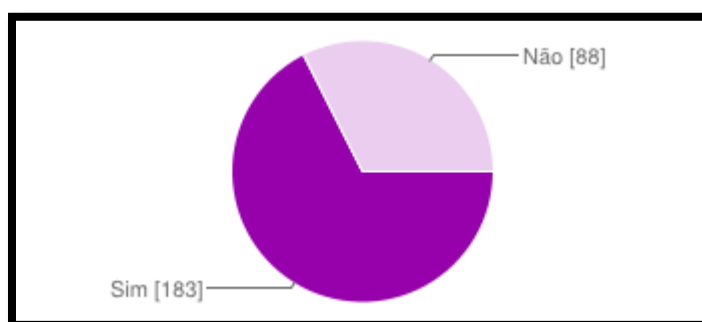
Tabela 9 - Avaliação das características do arquivo

Aspetos e características particulares	Avaliação				
	Nada Importante	Pouco Importante	Razoavelmente Importante	Importante	Muito Importante
Função que desempenha	0%	2%	17%	64%	16%
Valorização do Património Local	0%	3%	14%	51%	32%
Melhoria dos serviços Municipais	0%	5%	17%	47%	31%
Contributo/Comunicação da História Local	0%	1%	13%	50%	35%
Conservação de Documentação	0%	1%	7%	36%	56%
Tipo de Documentação que alberga	0%	1%	13%	50%	37%
Benefícios Sociais/Culturais	0%	4%	19%	59%	18%
Perspetivas de desenvolvimento Económico	2%	6%	23%	42%	27%
Educação, Formação, Investigação	0%	1%	13%	36%	49%

Visita a museus

Relativamente a museus, 68% dos inquiridos referiu que já os frequentou. É, porém, muito significativo a percentagem de 32% que indica nunca ter visitado nenhum.

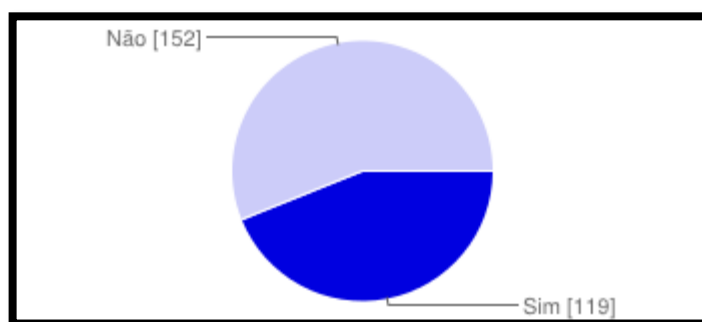
Gráfico 15 - Visita a museu



Ecomuseu

Perguntando sobre se sabiam o que é um ecomuseu, verificou-se que 56% não conhecia ou nunca tinha ouvido este termo, ao contrário de 44% dos inquiridos, a que era familiar.

Gráfico 16 - Conhecimento do termo ecomuseu



Conhecimentos sobre museus

À semelhança do sucedido relativamente aos arquivos municipais, os inquiridos foram respondendo de forma positiva acerca das características e aspetos que consideravam mais relevantes em relação aos museus. Destaco a importância dada pelos inquiridos à função dos museus (60%) e aos benefícios socioculturais que acarretam (58%). Considerando aquilo que os museus podem oferecer, os inquiridos acham especialmente importante tanto o contributo/comunicação da história local como a apresentação e conservação de obras e património (ambos indicados por 52% das pessoas que responderam ao inquérito). Verifica-se ainda que o item “melhoria dos serviços municipais” foi considerado o menos importante de entre os aspetos relacionados com o museu.

Tabela 10 - Avaliação das características do museu

Aspetos e características particulares	Avaliação				
	Nada Importante	Pouco Importante	Razoavelmente Importante	Importante	Muito Importante
Função que desempenha	1%	1%	18%	60%	20%
Valorização do Património Local	0%	1%	11%	46%	41%

Melhoria dos serviços Municipais	6%	7%	20%	37%	31%
Contributo/Comunicação da História Local	0%	1%	10%	52%	32%
Apresentação e Conservação de Obras e Património	0%	1%	12%	52%	35%
Educação, Formação, Investigação	0%	1%	12%	44%	42%
Benefícios Sociais/Culturais	0%	1%	17%	58%	23%
Perspetivas de desenvolvimento Económico	0%	6%	15%	49%	29%

Possíveis temas de um museu

Neste ponto foi pedido aos inquiridos que sugerissem um ou mais temas que gostassem de ver expostos e recordados num museu. Verificou-se que o tema mais apelativo para os mortaguenses seria a “Exploração de barro/ cerâmicas do concelho”, não se tendo destacado muito de outros dois temas: “Moinhos de água e vento”, e “Agricultura, água e floresta”.

Tabela 11 - Temas do museu

Tema/assunto	Número de sugestões
Exploração de Barro/ Cerâmicas do Concelho	210
Moinhos de Água e Vento	205
Agricultura, Água e Floresta	201
Juiz de Fora	152
Serrações	130

Em resposta aberta, foi pedido aos inquiridos que indicassem outras possíveis temáticas a serem apresentadas num museu municipal. As mais referidas foram “Tradições e hábitos dos mortaguenses” e “Gastronomia local”.

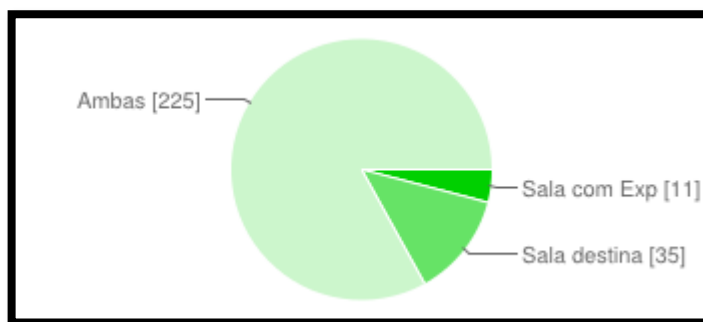
Tabela 12 - Outros temas para o museu

Outros temas	Número de sugestões
Tradições e hábitos dos mortaguenses	8
Gastronomia local	7
Artesanato	3
Rally em Mortágua	3
Importância de Mortágua na História de Portugal	3
Etnografia/Folclore	3
Arte	3
Invasões francesas em Mortágua (Batalha do Buçaco)	2
Escritores mortaguenses	1
Apicultura	1
Festas e romarias	1
Importância do caminho-de-ferro em Mortágua	1
Antigas aldeias	1
Atividades Culturais	1
Música	1
Profissões extintas	1
Património cultural local	1

Tipo de salas do museu

No que diz respeito às salas propostas para os museus, uma destinada à história do município e a outra com exposições temporárias, a resposta largamente maioritária inclui que “ambas” (83%), tendo o primeiro tipo de sala apenas recebido a preferência de 13% dos inquiridos e o segundo não indo além dos 4%.

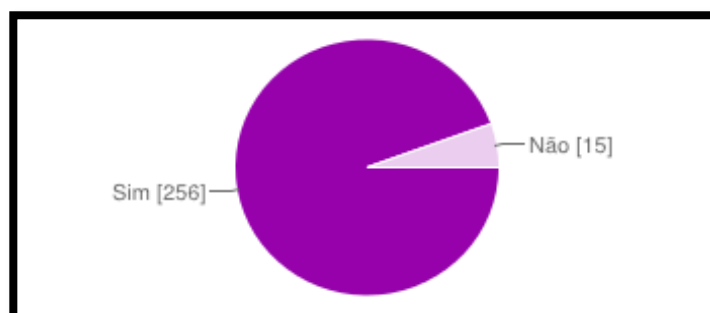
Gráfico 17 - Tipos de sala para o museu



Utilidade das infraestruturas referidas

Quando abordados sobre a utilidade de existirem infraestruturas capazes de cumprir as funções de arquivo e de museu no município, a resposta de 94% dos inquiridos foi positiva, mostrando que os mortaguenses acham este tipo de infraestruturas muito importante para a população local.

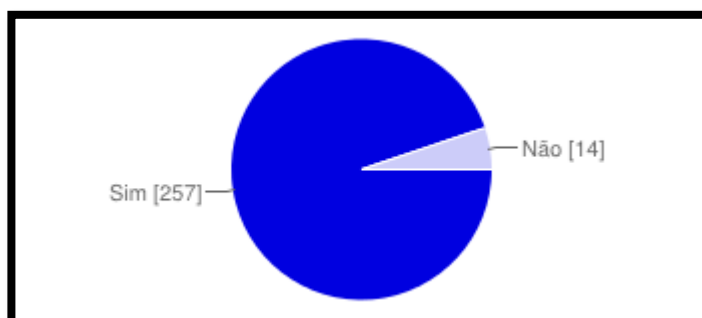
Gráfico 18 - Utilidade das infraestruturas



Horário de funcionamento

De um modo geral, quase todos os inquiridos (95%) gostariam de ver um museu em Mortágua aberto ao fim de semana.

Gráfico 19 - Abertura ao fim-de-semana



Capítulo V - Construção de um Arquivo e Museu Municipal em Mortágua

Este capítulo será dedicado à descrição de todo o processo de planeamento, estruturação e implementação do projeto “Despertar Mortágua”.

É importante, porém, antes de o fazer, tecer algumas considerações sobre a Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, na qual é estabelecido o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. De acordo com o Art. 20º, ponto 1, “é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos (...) a) centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais”; ponto 2 diz-nos que “é igualmente da competência dos órgãos municipais (...) apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local”.

O projeto “Despertar Mortágua” tem como propósito contribuir para uma melhoria das atividades culturais e educativas produzidas no município. A lei acima referida determina que os municípios devem investir na construção de museus municipais, bem como de equipamentos culturais de âmbito local, enquadrando-se nesta linha de orientação o proposto neste trabalho: a construção ou reconstrução de um único edifício capaz de albergar, em simultâneo, um arquivo e um museu municipais.

Retomando o que foi mais longamente exposto nos capítulos II e III acerca das funções destes equipamentos, convém recordar que os arquivos e os museus autárquicos devem ser considerados como a representação material, simbólica e sociocomunitária das memórias locais. A sua existência será fundamental para salvaguardar a história local e ao mesmo tempo servir de meio para a sua divulgação.

1. Projeto “Despertar Mortágua” – Construção de um Arquivo e Museu Municipal

Este projeto resulta de uma visão crítica de um munícipe que olha para a sua terra com 500 anos de história, entendendo que esta poderá ser melhor conservada, divulgada e reaproveitada, desenvolvendo-se o setor turístico-cultural no concelho através da valorização do património cultural local.

Neste sentido, propõe-se a criação de um projeto cultural denominado “Despertar Mortágua”, indo ao encontro de uma política cultural autárquica que vise a melhoria, o

cumprimento e o envolvimento do município num programa de desenvolvimento turístico-cultural, permitindo organizar e potenciar a oferta turístico-cultural do município, conservar e promover as memórias locais, contrariar as dinâmicas de tendência sazonal, potenciar o tecido produtivo local, promover o aumento e fixação de turistas na região, bem como os postos de trabalho.

Tais princípios assentam num objetivo estratégico de afirmar Mortágua como um destino turístico-cultural de referência local.

1.1. Razões

A ideia de propor a construção de um arquivo e museu municipal em Mortágua foi inspirada pelo projeto desenvolvido em Timor, com a criação do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, considerado pelos seus responsáveis como “momento de inegável relevância, que associa a salvaguarda dessa memória coletiva e, ao mesmo tempo, abre novas perspetivas para a sua transmissão, sobretudo junto das camadas mais jovens” (Resistência Timorense, 2005:5). A falta de um local em Mortágua capaz de salvaguardar e transmitir a memória coletiva da sua população constitui a principal razão da proposta deste projeto.

Apesar de reconhecer que tanto os arquivos como os museus têm requisitos específicos, que poderiam recomendar a construção de um edifício próprio para cada qual, prefiro propor um único capaz de cumprir as funções de ambos. Com efeito, parece-me legítimo afirmar que estes dois tipos de instituições têm uma certa proximidade estrutural, sendo, por isso, compatíveis e passíveis de serem organizados e administrados de forma conjunta. Outra razão para apresentar este projeto assenta numa tentativa de reduzir custos na construção ou reconstrução do espaço mútuo, bem como com o pessoal necessário para o administrar/gerir.

1.2. Objetivos

Este projeto tem como objetivo constituir um conjunto de produtos turístico-culturais enquadrados num arquivo e museu municipal, construído como eixo estratégico que vise diversas finalidades, entre as quais se salientam as seguintes:

- a) Salvaguarda e promoção do património cultural;
- b) Ações cooperativas com o Turismo do Centro, escolas e lares de idosos;

- c) Promoção e desenvolvimento de investigação científica;
- d) Projeção turística nacional e internacional;
- e) Eficácia e eficiência do serviço prestado aos munícipes;
- f) Melhoria da gestão de recursos.

1.3. Modo de atuação

A valorização turístico-cultural do município de Mortágua conduzida a partir do arquivo e museu municipal é um modelo ambicioso de desenvolvimento, que deverá compreender um cuidadoso plano de intervenção.

A construção ou reconstrução de um edifício para servir de arquivo e museu municipal constitui um plano muito minucioso e complexo. Seguidamente será fundamental para o projeto “Despertar Mortágua” constituir uma equipa técnica capaz de intervir e decidir em diversas áreas. Verdasca Antunes (2010:33) refere que “a construção de um arquivo implica a combinação de conhecimentos diversificados e a definição de prioridades que poderão entrar em conflito caso não exista um diálogo entre todos os envolvidos”. Devemos, pois, considerar um grupo de trabalho formado por um técnico de arquivo, um técnico de museu, um arquiteto, um engenheiro civil, um técnico de marketing e um técnico de informática. O grupo deverá delinear a sua estratégia de intervenção a dois níveis: pré-construção e pós-construção do edifício.

1.3.1. Pré-construção do edifício

Para Araújo (2011:1), a construção de um edifício é a “operação mais complexa que se coloca no domínio dos serviços de arquivo” (Sommier, 2010, 1, *apud* Araújo, 2011:1). À citação anterior acrescento que não só a construção de um arquivo é uma operação complexa, como o é também a de um museu, agravando-se as dificuldades quando se pensa num edifício capaz de servir de arquivo e museu ao mesmo tempo.

No momento do projeto do edifício, para além da intervenção do engenheiro civil e do arquiteto, convém sempre incluir os técnicos de arquivo e de museu, uma vez que estes têm uma opinião formada sobre questões técnico-funcionais específicas desses espaços.

Confrontando o trabalho produzido por Lopes (2011), sobre a construção de museus e as “Recomendações para a construção de arquivos” fornecidas pelo CONARQ (2000), verifiquei que os requisitos e as preocupações a considerar durante o processo de

planeamento para a construção ou reconstrução ambos são muito semelhantes. Um edifício de arquivo e museu deve ser projetado tendo em conta os seguintes aspetos:

- Localização;
- Tipo de construção (nova, adaptação e/ou reconstrução);
- Função a desempenhar (desde o serviço de depósito, trabalhos técnicos e administrativos e serviço destinado ao público);
- Materiais e equipamentos a utilizar (na construção e mobiliário);
- Condições ambientais (controlo de temperatura, luminosidade e poluição);
- Instalações (elétrica, telefónica, de água e sanitária);
- Segurança (proteção contra fogo e água, bem como contra roubo e vandalismo).

1.3.2. Pós-construção do edifício

A intervenção pós-construção do edifício incide sobre o planeamento teórico-técnico a nível arquivístico e museológico: os técnicos deverão preocupar-se com a análise dos problemas existentes, a definição de atividades e de iniciativas a promover. No que tange ao domínio arquivístico, começa-se por realizar uma avaliação e seleção da documentação existente e pela consequente inventariação dos fundos existentes. Na componente museológica deve-se, antes de mais, escolher o tema do museu e posteriormente trabalhar na constituição do seu acervo.

Durante a fase de planeamento, o arquivo e museu municipal de Mortágua deverá estruturar quais são os objetivos a alcançar a médio e longo prazo, estipular quais as suas visão e missão, bem como os valores que pretendem oferecer através do seu serviço.

1.4. Estratégia e medidas

Para que o projeto “Despertar Mortágua” ganhe impacto e dimensão social, é importante apostar-se em estratégias criativas e dinâmicas que incidam num público-alvo concreto. Propõe-se o desenvolvimento, organização e divulgação de um conjunto de atividades enquadráveis neste projeto cultural. O importante é impor uma política cultural inovadora, criativa e original, neste sentido; um bom exemplo é o seguido a este nível pelo concelho de Ourém, mais concretamente quanto a algumas das atividades promovidas pelo museu municipal (anexo B).

2. Alternativa ou complemento museológico

Tendo consciência das dificuldades financeiras que se têm vindo a sentir nos últimos anos, entendo que a construção de um arquivo e museu municipal em Mortágua, seja complicada, mas não impossível.

O projeto “Despertar Mortágua” também engloba uma medida alternativa, caso as entidades competentes entendam que é mais vantajosa a construção de apenas um arquivo. Essa alternativa é a da criação de um ecomuseu em Mortágua, que, caso, fosse possível construir um arquivo e museu municipal, serviria para completar e enriquecer a oferta cultural do município.

Um ecomuseu em Mortágua, além de ser um meio ideal para conjugar as iniciativas de salvaguarda da natureza com as de valorização e conservação do património cultural local, seria mais um motivo de desenvolvimento territorial que atenderia às necessidades da população, visando a preservação da memória coletiva e histórica do território.

A opção de criar um ecomuseu em Mortágua permitiria realizar todo um conjunto de importantes iniciativas:

- Enriquecer os arquivos da memória do ecomuseu através da catalogação de todo o património material e sobretudo imaterial, relacionado principalmente com a gastronomia, a floresta e a agricultura;
- Recuperar algumas atividades artesanais já abandonadas;
- Envolver pequenos produtores, possibilitando a criação de uma associação para a proteção e a valorização de produtos locais;
- Investir na formação da população, sendo um dos pilares do ecomuseu para manter o interesse vivo e não perder o património ligado ao conhecimento tradicional da população;
- Incentivar intercâmbios culturais com outros ecomuseus semelhantes;
- Promover a economia e fomentar o turismo rural.

O projeto de implementação de um ecomuseu em Mortágua seria interessante de desenvolver em associação com a recuperação dos moinhos de água existentes no

município. O próximo capítulo será, precisamente, dedicado a estes engenhos e à reabilitação do património molinológico de uma zona do concelho.

Capítulo VI – Moinhos de Água

1. Relação homem, natureza, tecnologia e moinhos de água

1.1. O homem e a vivência em torno dos moinhos

A água é um recurso fundamental para todas as formas de vida na terra, mas é também um instrumento a que o homem recorreu desde sempre para vários fins. A força das águas dos rios, por exemplo, conduziu a que fossem construídos nas margens moinhos que a utilizavam como força motriz.

No prefácio da sua obra, Jorge Miranda (2008) considera que “os moinhos de Portugal, verdadeiras sínteses do encontro humano com a natureza, são expressões genuínas da cultura material das regiões e refletem modos de vida, mentalidades, formas de ver o mundo e o lugar dos homens”.

A corrente dos rios contribui para o funcionamento dos moinhos através de movimentos aparentemente simples: a força da água transmite energia suficiente para a rotação da roda que, em articulação com a mó, tritura os grãos de cereais.

A inteligência humana foi-se adaptando às necessidades: se inicialmente só os moinhos próximos às margens de rios com um caudal abundante asseguravam a moagem durante o verão, mais tarde a construção de represas e levadas de água permitiu o funcionamento dos moinhos durante todo o ano. Contudo, certas aldeias situadas junto de riachos em encostas montanhosas tinham forçosamente de esperar pelas chuvas do inverno para terem água suficiente que colocasse as rodas em movimento.

O concelho de Mortágua é rico em histórias ligadas a estes moinhos. Algumas aldeias eram privilegiadas por se situarem próximo de linhas de água. Caso contrário, aumentavam as dificuldades para a moagem de cereais. A primeira estava na construção do moinho: longos caminhos eram percorridos para o transporte de material. Posteriormente, vários eram os obstáculos e limites que os utilizadores tinham de transpor. Os acessos eram limitados e os meios de transporte seriam, quando muito, de tração animal. O caminho para os moinhos era uma aventura percorrida por caminhos ou carreiros de terra batida, geralmente construídos pelo número de passagens realizadas – podemos afirmar que eram “caminhos calcados”.

Todo o processo desde o funcionamento dos moinhos até à obtenção da farinha estava a cargo do moleiro, que poderia ser o dono ou apenas um simples trabalhador ao serviço do proprietário deste meio de produção.

Normalmente o moleiro acumulava diversas atividades produtivas, uma vez que a atividade nos moinhos atingia o seu pico apenas em certos meses, os da colheita de cereais. O moleiro conciliava assim o trabalho no moinho com o cultivo de terrenos agrícolas, meio de subsistência e de ocupação de tempos “mortos”, e até a pesca, que a proximidade dos cursos de água permitia.

No passado, os moinhos eram também um local de convívio social. Durante o período das colheitas, o número de pessoas que frequentava os moinhos aumentava, permitindo momentos de convívio e descanso entre os trabalhadores agrícolas.

1.2. Percurso histórico dos moinhos de água

Desde o início da história das civilizações, o homem procurou conseguir o domínio da água, desenvolvendo técnicas de irrigação, de canalizações exteriores ou subterrâneas, de construção de diques. De entre as várias obras hidráulicas, interessam-nos de momento em especial os moinhos de água. Segundo foi possível apurar, de acordo com Oliveira, Galhano e Pereira (1983:69), remonta a 85 a.C. a mais antiga alusão a um moinho de água, num epigrama de Antipatro de Salónica:

“Cessai de moer, ó mulheres que trabalhais no moinho; dormi e deixai os pássaros cantar à aurora cor de sangue. Céres ordenou às ninfas aquáticas que desempenhassem a vossa tarefa, e elas, obedientes à sua ordem, correram sobre a roda, e fazem girar o eixo por meio das palas que rodeiam e, com ele, as pesadas mós. Eis-nos que regressamos à vida feliz e tranquila dos nossos pais, aprendemos a prepara os alimentos e a recolher sem esforço os frutos dos trabalhos de Deméter.”

Este engenho foi muito útil para a sobrevivência dos povos ao longo dos séculos. Tal como nos é dito por Oliveira, Galhano e Pereira (1983:70), e considerando “as mais antigas notícias que dele e da roda horizontal em geral existem, que os localizam quase simultaneamente e pela primeira vez, em regiões tão distantes umas das outras como a Grécia e Próximo Oriente, Norte da Dinamarca, e a China, há que admitir seja que o conhecimento e a adoção desse engenho se difundiu com extraordinária rapidez a partir do seu núcleo originário”.

Na época medieval, os moinhos pertenciam normalmente aos senhores, que cobravam rendas pelo seu uso a todos os que precisavam de moer cereais.

A introdução deste tipo de engenhos em Portugal deve-se aos Árabes, de acordo com Conde (1997:361) “as inovações trazidas pelos árabes – a azenha, a nora, mas também, segundo se supõe, o açude de estacarias e a roda hidráulica – possibilitaram um notável aproveitamento dos recursos hídricos, quer para rega, quer como força motriz”.

Entre o séc. XVI e meados do séc. XIX, ou eram pertença do rei ou de grandes senhorios rurais; estes continuavam a fazer valer os seus direitos dominiais sobre estes engenhos.

Ao longo de praticamente dois milénios, os moinhos constituíram recursos essenciais para preparar a base da alimentação diária das pessoas e foram moldando a paisagem. Esta imagem e tradição perduraram até à industrialização.

Com a descoberta da máquina a vapor durante o séc. XIX e a sua introdução na moagem, conseguindo muito maior rentabilidade do que os moinhos tradicionais, estes foram entrando em decadência e, pouco a pouco, foi-se alastrando o seu abandono.

De acordo com Oliveira, Galhano e Pereira (1983:498), “hoje, os velhos moinhos movidos pelos agentes naturais (...) acabaram ou pelo menos estão tocados de morte, porque faziam parte de um sistema tecnológico, económico e social, que deixou de constituir resposta adequada às condições do mundo presente”. Se pensarmos na sua construção e manutenção, vemos “um profundo saber especializado que não se aprendia nos livros, mas sim na experiência própria e das gerações passadas, e que mantinha esses engenhos devidamente afinados; a perda do elemento qualitativo do pão, etc.” (Oliveira; Galhano; Pereira, 1983:498).

Os moinhos de água foram e são um instrumento de aproveitamento de energia hidráulica limpo, isto é, o seu funcionamento não provoca a emissão de gases e resíduos para a atmosfera, ao mesmo tempo que não interfere na desestabilização dos ecossistemas; os desvios dos cursos de água para os moinhos não são significativos, e não há grande impacto na fauna e flora existentes.

Até finais do século XX, era típico em aldeias pequenas existir o designado “moinho do povo”, que pertencia à comunidade e era gerido, utilizado e conservado pela população local de acordo com regras estabelecidas (anexo C).

2. Tipologia de moinhos de água

Conhecem-se dois tipos de moinhos de água: os de roda horizontal ou rodízio e os de roda vertical ou azenha (Galhano, 1978).

2.1. Moinhos de roda horizontal ou rodízio

Como o próprio nome indica, trata-se de um rodízio colocado horizontalmente, composto por péla e penas, que recebe a água transportada pelo cubo até a seteira e, através da força da água, faz movimentar todo este engenho de moagem.

“É especialmente indicado para moinhos cujo cabouco fica longo tempo inundado durante o Inverno, mas também se encontra em casos em que isso não acontece particularmente”. (Galhano, 1978:46).

Estes moinhos “ora se apresentam como pequeníssimas unidades de moagem caseira, ou de consortes, com uma única mó, ora reúnem várias. Encontram-se umas vezes instalados junto de ribeiros, ... outras em rios de certa importância. Em outros casos é a água que se vai represando numa poça que os move durante o tempo de esvaziamento.” (Galhano, 1978:53).

Em rios com grande caudal, em locais onde a água atingia níveis elevados, construíam-se moinhos de submersão, a sua principal característica é o facto de os “rodízios ou rodetes (...) girar[em] dentro de poços perfeitamente circulares, nos quais, como turbinas, toda a água é animada com um rápido movimento de rotação. O moinho pode deste modo trabalhar, com o rodete girando a nível inferior ao da água do rio, só parando nos períodos das cheias hibernais”. O rodete pode também girar dentro de uma dorna de madeira e não num poço (Galhano, 1978:57-59).

2.2. Moinhos de roda vertical ou azenha

Os moinhos de água de roda vertical ou azenhas podem ser de dois tipos diferentes, com roda de azenha de copos ou roda de azenha de rio. Ambos têm “o mesmo sistema de transformação e multiplicação do movimento, o eixo penetrando o interior do edifício, a entrosga nele montada fazendo girar o carro aplicado ao veio da mó, e este veio girando na rela fixada no urreiro, que se ergue ou baixa conforme os movimentos do aliviadouro” (Galhano, 1978:65).

As azenhas de rio eram de engenhos de laboração estival e “encontravam-se apenas em cursos de água de caudal apreciável. Elas erguem-se junto aos açudes que atravessam o rio, ora na margem, ora mesmo a meio deles (...) A roda, ou rodas, estão na maioria dos casos a um lado, trabalhando dentro de canais de paredes verticais por onde a água se engolfa velozmente (...) As rodas, montadas para um caudal menor, trabalham durante quase todo o Verão”(Galhano, 1978:65-67).

Este tipo de engenhos tem “rodas constituídas por dois aros de tábuas, ligados ao eixo, cada um, por dois braços diametrais perpendiculares entre si. Uma série de penas em posição radial ligam os aros um ao outro. (...) O eixo, depois de passar a parede da azenha através do postigo, tem adaptada a entrosga, roda robusta de madeira (geralmente carvalho ou azinho), com os seus dentes de oliveira cravados na face do aro. Estes engrenam nos fuseis do carreto, cujo eixo, como dissemos, é o próprio da mó.” (Galhano, 1978:67).

Existem também azenhas de copo ou de propulsão superior, cuja roda, composta por uns copos, aproveitando as águas de pequenos caudais, é guiada para cair sobre estes a fim de colocar o moinho a funcionar. A força do movimento provocado pela água pode ser natural, apenas com o peso da água, ou então obtida através de jatos de água (Galhano, 1978:72).

3. Moinhos de água do Reguengo - Mortágua

Dando continuidade à apresentação do projeto “Despertar Mortágua”, este subcapítulo será dedicado ao inventário dos moinhos de água da ribeira da Fraga, concelho de Mortágua. Pretende-se, com este ponto subjacente à temática molinológica, tornar pública uma síntese dos resultados do trabalho de campo desenvolvido durante o outono de 2013 ao longo da ribeira da Fraga, no espaço da freguesia do Sobral. Neste projeto, apenas se consideraram os moinhos existentes nas localidades do reguengo⁸.

⁸ “A civilização romana teve um grande impacto na população local, devido à vinda de colonos e criação das *Villae*, (quintas) durante a ocupação romana, que acabou por marcar a toponímia da zona. Por ex. todas as localidades do reguengo iniciam por VILA. O nome reguengo, segundo é chamada a parte baixa da freguesia, que inclui as localidades de Vila Nova, Vila Gosendo, Vila Meã e Vila Moinhos, advém do facto desta parte do concelho estar sob o domínio direto da coroa e as rendas anuais pagas pelos caseiros pertencerem ao tesouro real. O rei encarregava uma pessoa nobre de confiança de cobrar as rendas aos seus caseiros. No caso da freguesia do Sobral tal está expresso no foral de 1192: «*De foro do regaengo do Soveral, in unoquoque anno dabunt duas fogaças de singulis almudis*».” Acedido em 2 de agosto de 2013, disponível em:

<http://www.cm-mortagua.pt/modules.php?name=Sections&sop=viewarticle&artid=43>

Designação: Moinho da Figueira

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Fraga – Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: esquerda

Descrição: este moinho é, de montante para jusante, o primeiro que se encontra na ribeira da Fraga. Trata--se de um pequeno edifício que



Ilustração 3 - Moinho da Figueira (fonte Ricardo Moreira)

apresenta planta retangular com paredes em pedra, e o telhado já ruiu. Quando estava em funcionamento, era alimentado por águas da ribeira da Fraga que, numa presa, eram desviadas do seu curso normal para uma levada e dirigidas até ao rodízio.

Estado: fora de funcionamento

Conservação: mau estado

Observações: apenas composto por paredes.

Designação: Moinho da Fraga

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Fraga – Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: direita

Descrição: Este engenho encontra-se presentemente recuperado e foi transformado em



Ilustração 4 -Moinho da Fraga (fonte Ricardo Moreira)

habitação. Do ponto de vista da morfologia o edifício apresentava planta retangular com paredes em tijolo e telhado de duas águas.

Estado: adaptado a habitação

Conservação: bom estado

Observações: Trata-se de um moinho pertencente a um particular, que foi recuperado com espaço de lazer.

Designação: Moinho Pataco

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Fraga – Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: esquerda

Descrição: Este moinho está localizado junto à margem esquerda da ribeira da Fraga. Trata-se de um moinho rústico que apresenta planta retangular. O aspeto rústico



Ilustração 5 - Moinho Pataco (fonte Ricardo Moreira)

advém-lhe das paredes em pedra que se destinavam a abrigar o rodízio, responsável pela laboração do moinho. O sistema de condução e regulação de águas fazia-se, como é habitual, por meio de uma levada em terra.

Estado: fora de funcionamento

Conservação: mau estado

Observações: Em ruínas, algumas partes das paredes típicas em pedra foram substituídas por tijolo, o telhado caiu.

Designação: Moinho do Cadabite

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Fraga – Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: direita

Descrição: Este moinho está localizado junto à margem direita da ribeira da Fraga.



Com um aspeto rústico, todo ele em pedra e coberto por telha caleira portuguesa,

constitui um dos edifícios mais ricos em traços originais.

Estado: fora de funcionamento

Conservação: estado razoável

Observações: Algumas pedras das paredes estão registadas com as iniciais dos antigos donos dos moinhos, que faziam estas marcas enquanto aguardavam pelo fim do processo de moagem.

Ilustração 6- Moinho do Cadabite (fonte Ricardo Moreira)

Designação: Três Moinhos

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Fraga – Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: direita

Descrição: Conjunto de três moinhos geminados, junto à margem direita da



Ilustração 7 - Três Moinhos (fonte Ricardo Moreira)

ribeira da Fraga. Os três edifícios apresentam uma planta retangular, telhado proporcional à planta coberto com telha marselhesa. Apenas um é construído por paredes em tijolo.

Estado: fora de funcionamento

Conservação: estado razoável

Observações: Um dos edifícios mantém todos os traços originais de um moinho, conservando o aspeto exterior e o interior. Os outros dois moinhos já não têm o telhado, provocando a degradação do seu interior.

Designação: Moinho de Vale Giraldo

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Fraga – Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: direita

Descrição: Este moinho está localizado junto à margem direita da ribeira da Fraga.

Trata-se de um edifício que sofreu recentes obras de recuperação, pelo que o seu aspeto exterior em pedra foi substituído por blocos de cimento.

Estado: em funcionamento

Conservação: bom estado, mas descaraterizado



Ilustração 8- Moinho de Vale Giraldo (fonte Ricardo Moreira)

Designação: Moinho da Rocha

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: esquerda

Descrição: Este moinho está localizado junto à margem esquerda da ribeira da Fraga.

Trata-se de um edifício que, tal como o anterior, sofreu

recentes obras de recuperação, no entanto a reestruturação das paredes foi parcial, com o aumento de duas a três fiadas de blocos de cimento.

Estado: em funcionamento

Conservação: bom estado, mas descaracterizado



Ilustração 9- Moinho da Rocha (fonte Ricardo Moreira)

Designação: Moinho da Ponte

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: direita

Descrição: Este moinho está localizado junto à margem direita da ribeira da Fraga.

Um pouco à imagem dos anteriores, também foi recuperado, perdendo a sua tradicional imagem em pedra.

Estado: em funcionamento

Conservação: bom estado



Ilustração 10 - Moinho da Ponte (fonte Ricardo Moreira)

Designação: Dois Moinhos ou Moinho da Azenha

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: Esquerda

Descrição: Este moinho está edificado a uns 200m da margem direita da ribeira da Fraga. A água que faz trabalhar o rodízio movimenta-se numa levada em terra. É um moinho reconstruído com blocos de cimento, apenas mantendo uma pequena parte em pedra.

Estado: em funcionamento

Conservação: bom estado, mas descaraterizado



Ilustração 11 - Dois Moinhos ou Moinho da Azenha (fonte Ricardo Moreira)

Designação: Moinho do Juncal

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: Esquerda

Descrição: Tal como o moinho anterior, também este está construído a cerca de 500m da margem esquerda da ribeira da Fraga. É um dos moinhos em melhor estado de conservação, mantendo a imagem tradicional de construção em pedra.



Ilustração 12 - Moinho do Juncal (fonte Ricardo Moreira)

Estado: em funcionamento

Conservação: bom estado

Designação: Moinho do Corgo

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Vila Meã

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: Esquerda

Descrição: Este moinho está localizado a 500m da margem direita da ribeira da Fraga. Trata-se de um edifício retangular, reconstruído com tijolo; o seu telhado foi substituído por placa em cimento.

Estado: fora de funcionamento

Conservação: bom estado, mas descaraterizado



Ilustração 13 - Moinho do Corgo (fonte Ricardo Moreira)

Designação: Moinho de Vila Nova

Tipologia: moinho de rodízio

Localização: Vila Nova

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: Esquerda

Descrição: Este moinho está localizado junto à margem esquerda da ribeira da Fraga. Um pouco à imagem dos anteriores, também foi recuperado, perdendo a sua tradicional imagem em pedra.

Construído com forma retangular, tem duas mós.

Estado: em funcionamento

Conservação: bom estado, mas descaraterizado



Ilustração 14 - Moinho de Vila Nova (fonte Ricardo Moreira)

Continuando nesta viagem de levantamento do património molinológico, com o intuito de conservar a sua memória e, ao mesmo tempo, prestar uma homenagem aos camponeses de Mortágua, há espaço para incluir também o antigo lagar de azeite de Vila Moinhos. Também ele ocupou uma posição importante na vida material e social das comunidades rurais. A inclusão do lagar de azeite neste projeto contribui para a divulgação do património cultural, visto e inserido no seu “habitat”, pretendendo demonstrar, assim, a função de cada objeto, monumento ou paisagem.

Designação: Lagar da Ramalheira

Localização: Vila Moinhos

Linha de Água: ribeira da Fraga

Margem: Esquerda

Descrição: Este lagar localiza-se a cerca de 500m da margem direita da ribeira da Fraga. A sua levada era longa, e confinava com os “Dois Moinhos ou Moinho da Azenha”. Estamos perante um edifício que documenta uma das atividades agrícolas da região. Num concelho onde existem poucos testemunhos materiais da lagaragem, o Lagar da Ramalheira é o exemplar mais completo, apesar de nos referirmos a ruínas. Trata-se de um edifício em pedra, preservando os materiais de construção tradicionais desta região.

Estado: fora de funcionamento

Conservação: mau estado



Ilustração 15 - Lagar da Ramalheira (fonte Ricardo Moreira)



Ilustração 16 - Lagar da Ramalheira (fonte Ricardo Moreira)

4. Reabilitação dos moinhos de água

4.1. Estado atual dos moinhos de água

Em 1978, Fernando Galhano (1978:130) afirmava que “em breve, junto dos ribeiros, não restarão senão uns restos de paredes que as cheias do Inverno vão desmoronando aos poucos”.

Pode afirmar-se que o autor tinha razão, uma vez que os moinhos deixaram de funcionar e de ser úteis para o dia-a-dia de muitas aldeias, passando estar abandonados e a ser vítimas do desgaste e da corrosão causados pelas condições climáticas e pelo avançar desenfreado da vegetação que os envolve. Ainda se encontram alguns casos excecionais de moinhos em laboração, cujos proprietários, por amor ao ofício, continuam a usá-los para obter farinha; ou então estaremos a falar do investimento pontual no património cultural realizado por alguma autarquia local ou entidade particular.

A verdade é que tanto em Mortágua como por todo o país a maioria dos moinhos ficou completamente esquecida, desprezada e abandonada, estando estes edifícios reduzidos a ruínas em mau estado de conservação.

Mas que razões levam estes edifícios, que em tempos tanto contribuíram para o evoluir da economia de uma dada região, a encontrar-se nesta situação?

Os motivos podem ser muito diversificados. Um deles é a falta de disponibilidade financeira, isto é, os proprietários, com poucas possibilidades económicas, não conseguem realizar obras de manutenção e recuperação dos moinhos. Outro é a escassez de pessoal com saber para reconstruir este tipo de edifícios, recuperá-los e mantê-los. Juntam-se a estas razões desavenças familiares e desentendimentos entre coproprietários, que levam a que só as partilhas decidam quem é o novo dono. A falta de rendimentos obtidos a partir dos moinhos, assim como a falta de sensibilidade dos proprietários para a importância destes engenhos que fazem parte do nosso património histórico-cultural, contribui também para o seu abandono. A sua localização em zonas isoladas e com maus acessos é mais um fator que conduz ao abandono e desinteresse no que toca à recuperação ou ao restauro dos moinhos.

Finalmente, há que ter em conta que, efetivamente, as tradicionais técnicas usadas nos moinhos foram ultrapassadas pela industrialização dos processos de moagem, que

permitem reduzir tempo, deslocação e dinheiro, tendo-se por isso extinto a profissão de moleiro.

Apesar deste cenário um tanto ou quanto negro, há muitos casos em que o poder local tem vindo a investir nos moinhos, garantindo desta maneira a conservação do património local e assegurando motivos para desenvolver o turismo rural.

4.2. Interesse em reabilitar e reconverter os moinhos de água

Nas últimas duas décadas têm-se vindo a mudar mentalidades e a procurar investir num modelo mais sustentável de sociedade, tentando desta forma garantir uma verdadeira vaga de desenvolvimento à escala internacional. Entenda-se que tanto os países desenvolvidos como aqueles que estão ainda nesse processo têm de ver a mudança, a modernização como algo que acarreta virtudes e riscos, bem como possibilidades e ameaças que afetam a sociedade, envolvendo a economia e o meio ambiente.

Para tornar Mortágua, futuramente, um concelho mais competitivo, interessante e procurado, é necessário implementar um plano de desenvolvimento sustentável que vise a qualidade ambiental, a coesão e a responsabilidade social. Um elemento importante para esta estratégia poderá ser a aposta na reconversão e reabilitação dos moinhos de água.

É verdade que o mundo rural tem mostrado pouca capacidade para atrair investimento em sectores como o terciário, talvez pela sua localização relativamente aos centros urbanos ou pela falta de infraestruturas. No entanto, existem alguns exemplos nacionais que são exceção, bem como investimentos feitos por estrangeiros que se instalam em certas zonas do interior do nosso país, longe dos ritmos frenéticos das cidades. O turismo pode-se, pois, assumir como um eixo estratégico e de grande importância na base económica de regiões do interior, em grande medida através do respeito, da manutenção e da reabilitação do respetivo património arquitetónico, ambiental e cultural.

Sabe-se que a requalificação do mundo rural valoriza de forma significativa as populações envolvidas. Partindo do trabalho de João Viegas, Jorge Miranda e Óscar Lucas (pág. 3) sobre os moinhos de água do concelho de Boticas, vejamos quais os objetivos da reabilitação destes engenhos:

“Estudar as moagens tradicionais do concelho e registar o seu estado e características”;

“Divulgar, quer externamente, quer junto da população local, o resultado desses estudos”;

“Promover a conservação e reabilitação das moagens tradicionais e do património construído associado à sua função mantendo-o tanto quanto possível em uso”;

“Criar condições para o desenvolvimento do ecoturismo centrado na temática dos moinhos tradicionais”;

“Criar condições para que o desenvolvimento de produtos no âmbito do ecoturismo possa contribuir para o desenvolvimento local”.

Pensando numa reconversão dos moinhos de água de Mortágua, poderemos considerar as seguintes ideias:

- Conservação do património cultural material e imaterial - reconvertendo um ou dois moinhos em ecomuseus;
- Reconstrução do edifício como casa de habitação, permanente ou férias;
- Criação de uma rede hoteleira rural através da reconversão dos moinhos (desde quartos, restaurantes e cafés).

Consequentemente, a reconversão dos moinhos de água em habitação poderia desencadear uma série de oportunidades para a comunidade, a nível do empreendedorismo, da criação de postos de trabalho, bem como do dinamismo do comércio local.

Note-se que para a adoção de um projeto desta natureza é fulcral haver envolvimento e entendimento entre autarquia e particulares.

4.3. A reconstrução/reabilitação

Antes de mais, o processo de planeamento e definição de intervenção nos moinhos deve considerar quais são os elementos caraterísticos e identificativos de cada engenho que fazem dele um edifício diferenciado e único, bem como os espaços envolventes, de maneira a que as intervenções nos imóveis existentes e em futuros edifícios a construir, assim como os planos de pormenor e similares, não descaracterizem a paisagem.

Convém ter em conta que os moinhos de água, para além de na sua grande maioria estarem ao abandono e em elevado estado de degradação, apresentam outro tipo de

condicionantes, como a sua localização ou infraestruturas (energia, água e saneamento). Se pensarmos que com as intervenções pretendemos obter casas de habitação, estas deverão responder às exigências funcionais atuais, mantendo a arquitetura tradicional.

Nesta fase de planeamento do modo de intervenção nos moinhos de água, há que respeitar a tradição do meio envolvente, manter os materiais utilizados e enquadrar devidamente os novos equipamentos. Os moinhos de água possuem particularidades de construção que, bem exploradas e reaproveitadas, poderão funcionar como mais-valias no processo de requalificação.

Em termos funcionais, independentemente de se tratar de um hotel, casa de habitação ou ecomuseu, há requisitos que estes edifícios devem cumprir: estabilidade e resistência mecânica; plano de segurança de utilização e contra incêndio; isolamento térmico e acústico; eficiência energética e cuidados de higiene, saúde e ambiente.

Como é óbvio, existem problemas tanto de espaço público como dos moinhos em si que deverão ser considerados e discutidos antes de qualquer intervenção. Em relação às infraestruturas públicas, é fundamental a existência de iluminação, de arruamentos, estacionamento, espaços para lazer e merendas, bem como redes de abastecimento de água, de saneamento básico, elétrica e telefónica. Caso seja possível e de forma a beneficiar a paisagem, estas duas últimas devem ser instaladas debaixo do solo.

Os moinhos de água, eram edifícios por vezes relativamente pequenos, pelo que a sua dimensão, para habitação, não corresponderá às necessidades de uma família atual. Uma possível solução passaria pela construção de estruturas complementares que permitissem o aumento da área habitável.

Caso se opte pela adaptação a um empreendimento turístico, cada moinho poderá ser transformado num T0, com WC, quarto e cozinha, contornando-se desta forma a falta de espaço.

Naturalmente, o aumento de unidades físicas deve respeitar e integrar-se no meio envolvente, usando-se materiais semelhantes ao do edifício original, não desvirtuando a paisagem.

5. Proposta de uma rota de moinhos de Mortágua

Recordando as propostas de desenvolvimento cultural e turístico apresentadas ao longo deste trabalho, e caso se reúnam as condições para criar um ecomuseu ou um museu na vila de Mortágua, que entre outros assuntos esteja relacionado com a água, propõe-se a criação de uma rota de moinhos de água na Zona do Reguengo.

Esta rota seria um primeiro passo para a implementação futura de uma rede extensível a todo o concelho, que tem uma enorme rede hidrográfica, com múltiplos cursos de água, muitos dos quais, curiosamente, confinam na vila mortaguense.

Os objetivos da criação de uma rota de moinhos de água dependerão da amplitude do investimento que se puder fazer. Um deles poderia ser a estruturação de uma teia de percursos (pedestres, para bicicletas ou automóveis/motos), iniciando-se na extremidade do concelho e terminando na vila, onde estaria disponível um museu com mais informação, ou partindo da sede do concelho para ir à descoberta do património molinológico.

Caso os moinhos venham a ser reabilitados e utilizados como empreendimentos turísticos, esta rota oferecia, pois, aos turistas opções de ocupação desportiva e de lazer durante a sua estadia.

Havendo hoje uma grande procura de ambientes rurais, que se valorizam cada vez mais, os moinhos, pela sua localização, seriam espaços habitacionais de acolhimento excecionais, e a melhor forma de diversificar a oferta local, além de divulgarem o património existente.

Em suma, a aposta numa rota deste tipo, bem estruturada e pensada, promove e assegura que os moinhos de água não desaparecerão das paisagens locais, preservando o património cultural e ao mesmo tempo criando uma imagem cultural e turística de marca, coisa que por enquanto Mortágua não tem. Permite ainda o desenvolvimento de uma rede, inserida num plano estratégico de promoção e desenvolvimento, que poderá funcionar como polo de divulgação cultural, histórico, gastronómico, vinícola, artesanal e paisagístico a nível concelhio.

Esta rota deverá ser devidamente acompanhada por um completo sistema de sinalética turística e viária, para garantir uma correta orientação na descoberta dos moinhos. Esta sinalização seria mais enriquecedora e interessante caso se fizesse acompanhar de elementos ilustrativos e informativos relativamente a cada local.

Penso que a rota, aliada ao empreendimento turístico e ao ecomuseu, iria motivar os proprietários a recuperar os moinhos. As próprias paisagens seriam preservadas, tornando estes locais muito apetecíveis. A rota seria também um meio de promoção da saúde, uma vez que se organizariam caminhadas ou provas/passeios de BTT, os quais, por seu turno, também ajudariam a difundir o projeto e as suas potencialidades culturais e desportivas.

Conclusões e considerações finais

Com a presente dissertação de mestrado, pretendeu-se dar visibilidade ao património cultural local e ao mesmo tempo mostrar as suas potencialidades no desenvolvimento municipal.

A sociedade contemporânea está inserida num processo de mudança em que as novas tecnologias são os principais meios de comunicação e difusão de informação. Para muitos, a informação é classificada como um bem precioso, que dá mesmo aos tempos em que vivemos a designação de Sociedade da Informação.

Esta nova identidade da sociedade assenta num modelo de desenvolvimento social e económico onde a informação e o conhecimento desempenham um papel fundamental na produção de riqueza e contribuem para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Os arquivos e os museus municipais são dois dos principais meios de salvaguarda e comunicação de informação, e aqueles que, a par das bibliotecas, mais responsabilidades têm para com a população local.

A construção e a organização de um arquivo municipal é um exercício fundamental para satisfazer as necessidades dos cidadãos, bem como as necessidades internas dos serviços da Câmara Municipal de Mortágua.

Tal como sucede com os arquivos, também os museus têm como principal função conservar e divulgar o seu acervo. Parece-me legítimo afirmar que num arquivo municipal podemos ter um museu: ambas as valências estão reunidas num mesmo edifício, constituindo um todo, como é o caso, por exemplo, do Arquivo e Museu da Resistência Timorense.

Como nos diz Bueso (2011:7), “no atual contexto de desenvolvimento tecnológico e metodológico dos espaços museológicos e, paralelamente dos arquivos históricos, é certo que ambas as entidades, pela sua missão e fontes documentais, possuem condições especiais para a formação de estratégias de cooperação”. É isto o pretendido pelo projeto “Despertar Mortágua”, ou seja, a cooperação arquivística e museológica, através da construção de um arquivo e museu municipal na vila, que, pelo que vimos nesta dissertação, pode constituir um fator determinante para a valorização e salvaguarda do património cultural mortaguense.

Ao longo deste trabalho foram várias vezes enumeradas diversas razões que tornam importante a construção de um arquivo e museu municipal em Mortágua. Concluo que este tipo de equipamentos são instrumentos culturais que proporcionam o desenvolvimento local, através da valorização do seu património e identidade, razão pela qual, as entidades concelhias deverão considerar este projeto como uma mais-valia para a sua economia.

O projeto “Despertar Mortágua”, aqui apresentado, aborda a possibilidade de criação de um ecomuseu e a recuperação de moinhos de água, uma iniciativa conjunta que se insere num quadro teórico e resulta da necessidade de constituir uma rede coerente de estruturas, recursos e atividades únicas para o município de Mortágua. Entendo que uma estratégia de desenvolvimento local pensada tanto na perspetiva cultural como ambiental constituirá uma interessante e agradável atração turística.

Uma aposta deste género poderá desencadear uma nova dinâmica económica, assente em ações e/ou propostas de intervenção por parte de agentes locais, tendo em vista o desenvolvimento do município de Mortágua e permitindo racionalizar os recursos financeiros, através da conciliação entre as vertentes económica, social, cultural, turística e ambiental. A execução deste projeto assegurará ao concelho uma melhoria da imagem e reconhecimento no mapa de Portugal, passando a figurar na oferta turístico-cultural.

Um dos principais objetos a estudar e a analisar para a implementação deste projeto são os possíveis utilizadores do arquivo e museu municipal e os turistas. Neste sentido, devemos sempre considerar as necessidades dos clientes, assegurando uma boa comunicação com o público, pois, tal como refere Lendrevie (*et al*, 2000:341), “qualquer empresa ou organização, ao exercer a sua atividade, interage com uma diversidade de públicos, de uma forma mais ou menos direta. Daí que seja importante manter uma relação de comunicação efetiva com esses públicos, identificando as suas necessidades de comunicação e veiculando informações relevantes de modo a informá-los e mobilizá-los para os grandes projetos dessa empresa ou organização”.

Nesta fase de apresentação do projeto, foram apenas analisadas e consideradas algumas opiniões da população mortaguense sobre o tema em discussão. Como verificámos nas respostas dadas pelos inquiridos, concluímos que estes vêem com agrado a aposta na construção de um arquivo e museu municipal em Mortágua, que esteja aberto ao fim de semana. Podemos também afirmar que, para os inquiridos, a cultura e o turismo são

mecanismos capazes de potenciar Portugal financeiramente, e que Mortágua também o poderá fazer através de uma política turístico-cultural. A maioria dos mortaguenses acha que o serviço cultural prestado pelo município de Mortágua é bom; no meu entender, parece-me que poderia ser melhor. É verdade que os serviços prestados pela biblioteca municipal e pelo cineteatro garantem um bom número de atividades que envolvem a população local, mas os turistas, teriam a mesma opinião? Considerando as unidades hoteleiras existentes no município, penso que a maioria dos turistas conhece apenas as atividades oferecidas por elas, e só pensam em Mortágua por causa do *rally* nacional, realizado anualmente, e pela barragem da Agueira.

Poucos mortaguenses conhecem o termo ecomuseu, uma infraestrutura que seria interessante implementar. A sua criação iria educar os habitantes locais, suscitando o aumento do sentimento de pertença à comunidade. Outra conclusão que podemos retirar desta investigação é que as manifestações culturais poderão ser traduzidas a partir da história económica e industrial de Mortágua, que ficou marcada pelas atividades das cerâmicas de barro, molinológicas, agrícolas e florestais (estas últimas ainda hoje constituem uma importante fonte financeira do município) que envolveram muitas gerações e deram lugar a diversos tipos de alfaias, métodos de trabalho, tradições, os quais, de acordo com a maioria dos inquiridos, deveriam ser recordados num museu em Mortágua.

Face ao objeto de estudo que esteve em análise e ao projeto proposto, deixo só mais uma indicação sobre a potencialidade cultural dos municípios em Portugal, lembrando o caso de Óbidos. Se falássemos desta vila portuguesa há vinte anos atrás, possivelmente teríamos como referência cultural a existência de um castelo e as suas muralhas que tantos anos de história portuguesa viveram. No entanto, Óbidos adotou uma política cultural autárquica de excelência, sendo um município reconhecido a nível nacional e internacional como um local de projeção turístico-cultural. A plataforma cultural de Óbidos começou a ganhar dimensão através do projeto “Festival de Chocolate”, e hoje em dia existem diversos eventos promovidos ao longo do ano na referida vila, existindo até uma página de internet especialmente dedicada à cultura e turismo de Óbidos (www.obidos.pt).

Os objetivos gerais deste trabalho consideram-se alcançados, já que não era nossa intenção explicar, no espaço de uma dissertação de mestrado, todo o complexo e árduo

trabalho exigido para implementar a construção de um arquivo e museu municipal, mas sim apresentar a ideia e as suas potencialidades. Espero que este trabalho tenha contribuído para a melhoria do conhecimento sobre a dinâmica turístico-cultural que os arquivos e os museus municipais adquiriram nos últimos anos e o papel importante que podem desempenhar no desenvolvimento concelhio.

Referências bibliográficas

ALONSO FERNÁNDEZ, Luiz - Introduccion a la nueva museologia. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luiz – Museologia: introducción a la teoria y práctica del museo. Madrid: Istmo, 1993.

ALVES, Nisa Ávila do Couto – Investigação por inquérito [Em linha]. Ponta Delgada, 2006.[Consult. 2 Out. 2013]. Disponível na Internet:<URL:www.amendes.uac.pt/monograf/tra06investgInq.pdf>.

ARAÚJO, Vítor Carvalho - Arquitectura e arquivística: transparências, opacidades e outras vontades. Atas 10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais [Em linha], n.º10 (2011). [Consult. 20 Mai. 2012]. Disponível na Internet:<URL:http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/download/15/102>.

AZEVEDO, Carla Patrícia de Oliveira – O lugar e o papel da educação nos museus municipais: o ecomuseu municipal do Seixal. Lisboa, 2010. Tese de mestrado.

BARBOSA, Sandra Daniela Ferreira - Serviços educativos online nos museus: Análise das atividades. Braga, 2006. Tese de mestrado.

BATISTA, Christina Josezita Aguiar - Projecto base de reabilitação da Fajã dos Padres. Coimbra. 2012. Tese de mestrado.

BAZIN, Germain – Muséologie. In Encyclopaedia Universalis, Paris. p. 918-921

BUESO, Maria Inês Cabral de Oliveira – Arquivos e museus municipais: contributos para a definição de políticas, estratégias e metodologias de cooperação. Lisboa, 2011. Tese de mestrado.

CARDONA, P. - O espaço no imaginário turístico. In DIAS, Francisco; SOIFER, Jack; FERREIRA, Luís. O futuro do turismo – território, património, planeamento. Porto, 2009.

CARVALHO, Sandro Jorge Esteves de Campos - Da custódia dos documentos à modernização administrativa: proposta de projecto de digitalização dos processos de obra do Arquivo Municipal da Mealhada. Coimbra, 2011. Tese de mestrado

CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos - Museu e políticas de memória. Cadernos de Sociomuseologia [Em linha], n.º19 (2002). [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://tercud.ulusofona.pt/index.php/pt/documentos-on-line/category/12-2002?download=29:chagas-m-santos-m-2002-pdf>>.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO – Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural. [Em linha]. Paris, 1972. [Consult. 2 Abr. 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>>.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO – Declaration on race and racial prejudice. [Em linha]. 1982. [Consult. 2 Abr. 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://www.unesco.org/education/nfsunesco/pdf/RACE_E.PDF>.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Garl-al-Andalus o Médio Tejo à luz da toponímia árabe [Em linha]. 1997. [Consult. 1 Dez. 2013]. Disponível na Internet:URL: http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/474/1/ManuelSConde_p353-385.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública [Em linha]. Rio de Janeiro, 2001. [Consult. 2 Jan. 2013]. Disponível na Internet:URL:www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolucao_14.pdf >.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – Recomendações para a construção de arquivos [Em linha]. Rio de Janeiro, 2000. [Consult. 30 Dez. 2012]. Disponível na Internet:
URL:http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf>.

CONSTÂNCIA, João Paulo Medeiros – A evolução de conceitos entre as declarações de Santiago e de Caracas. Cadernos de museologia [Em linha]. n.º 1, p. 63-67, 1993. [Consult. 30 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:

http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/153/11_a_evolucao_de_conceitos_texto3.pdf?sequence=1>.

FERREIRA, Maria Margarida - Torres Vedras como destino de turismo cultural e de city break: estratégias para as Linhas de Torres. Leiria, 2012. Tese de mestrado.

FERREIRA, Pedro Navega - Programa de recuperação de aldeias históricas em Portugal: um balanço. Coimbra, 2011. Tese de mestrado.

FONTANELLI, Silvana Aparecida – Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Tese de bacharelato.

GALHANO, Fernando – Moinhos e azenhas de Portugal. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, 1978.

HARRIS, Jonathan M. - Sustainability and sustainable development. International Societyfor Ecological Economics [Em Linha] (2003). [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:www.isecoeco.org/pdf/susdev.pdf>.

INDOLFO, Ana Celeste – Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Arquivística.net [Em linha]. Vol. 3, n.º 2, p. 28-60, 2007. [Consult. 23 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=3553>.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE – Norma portuguesa 4438-1: informação e documentação: gestão de documentos de arquivo. Caparica, 2005

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE – Norma portuguesa 4438-2: informação e documentação: gestão de documentos de arquivo. Caparica, 2005

JARDIM, José Maria - O conceito e a prática de gestão de documentos. Revista do Arquivo Nacional [Em linha]. Vol. 2, n.º 2, p. 35-42, 1987. [Consult. 23 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.dez.1987.pdf>.

JORNADAS INTERNACIONAIS SOBRE ENOTURISMO E TURISMO EM ESPAÇO RURAL -

Turismo: I Jornadas Internacionais sobre Enoturismo e Turismo em Espaço Rural / coord. cient. António Barros Cardoso, Claudine Durbiano, Eduardo Cordeiro Gonçalves. Porto: APHVIN-GEHVID - Universidade do Porto, 2009

LENDREVIE, Jacques; *et al.* - Mercator 2000: teoria e prática do marketing. 9.^a ed. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

LOPES, Ana Andreia Alberto – Conservação preventiva: construção de uma “checklist” aplicada às áreas de exposição e reservas. Lisboa, 2011. Tese de mestrado.

MARICATO, Nuno André Gomes - O turismo em Portugal: tendências e perspetivas. Coimbra, 2012. Tese de mestrado.

MENDES, José Amado – O museu na comunidade: património, identidade e desenvolvimento. Gestão e Desenvolvimento. Viseu, n.º 8 (1999), pp. 217-231.

MIRANDA, Jorge Augusto; NASCIMENTO, José Carlos – Portugal terra de moinhos. Chronos Editora, 2008.

MOREIRA, Carlos Diogo - Planeamento e estratégias da investigação social. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.

MOREIRA, Fernando João - The creation process of a local museum. Cadernos de Sociomuseologia [Em linha], n.º27. (2007). [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/439/343>>.

MARTIN-CALERO, Carlos A. - Manual de gestión de archivos administrativos [Em linha]. Valladolid. [Consult. 8 Nov. 2012]. Disponível na Internet:<URL:http://www.diputaciondevalladolid.es/extras/archivo_provincial/Archivo_sdeGestion/ArchivosMunicipales/Manual_para_archivos_de_gestion.pdf>.

MOUTINHO, Mário – Sobre o conceito de museologia social. Cadernos de Sociomuseologia [Em linha], n.º1. (1993). [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:http://recil.grupolusofona.pt/dspace/bitstream/handle/10437/143/1_sobre_o_conceito_de_museologia_social.pdf?sequence=1>.

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM - IV jantar temático: A casa à mesa com sabor a Natal. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 27 Nov. 2012 [Consult. 28 Nov. 2012].

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM – Fado no museu. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 22 Dez. 2012 [Consult. 24 Dez. 2012].

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM – Formação de conservação e restauro de livro. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 25 Abr. 2013 [Consult. 25 Abr. 2013].

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM – Inauguração da exposição de cerâmica "tempo de férias" de Teresa Cortez. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 2 Ago. 2013 [Consult. 7 Ago. 2013].

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM – Jazz no museu. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 7 Mar. 2013 [Consult. 7 Mar. 2013].

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM – Jornadas europeias do património 2013. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 3 Set. 2013 [Consult. 3 Set. 2013].

MUSEU MUNICIPAL DE OUREM - Quintas com música no museu. In Windows Live Hotmail [Mensagem em linha] para mortaguamoreira@msn.com. 1 Fev. 2013 [Consult. 1 Fev. 2013].

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – Tecnologia tradicional portuguesa: sistemas de moagem. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

OLIVEIRA, Fernanda Paula - Novas tendências do direito do urbanismo: de um urbanismo de expansão e de segregação a um urbanismo de contenção, de reabilitação urbana e de coesão social: lições. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2012.

OLIVEIRA, Huáscar Pinto Vidal de; FREIRER, George Satander Sá; OLIVEIRA, Vlória Pinto Vidal de - Avaliação dos indicadores do potencial turístico do município

de Itapipoca: subsídios para o desenvolvimento sustentável do turismo. Atas do VI Seminário Latino Americano e II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. [Em linha] (2010). Consult. 2 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/huascar>>.

PASTOR ALFONSO, María José Pastor - El patrimonio cultural como opción turística. Horizontes Antropológicos [Em linha]. Vol.9, n.º20 (2003), pp. 97-115. [Consult. 28 Abr. 2013]. Disponível na Internet:<URL:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-71832003000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=es>.

PINTO, Ana Cristina dos Santos - Pensar os territórios rurais: paisagem, planeamento e desenvolvimento em Sever do Vouga. Coimbra, 2011. Tese de mestrado.

POLICARPO, Isabel Ponce - Classificar: como, porquê e para quê?: o caso do Mosteiro de Santa Maria de Seiça. Encontros de Cultura e Património [Em linha]. Figueira da Foz, 2011. [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.figueiradigital.com/municipe/?mid=191>>.

PRIMO, Judite Santos – A importância dos museus locais em Portugal. Cadernos de sociomuseologia [Em linha], n.º25. p.41-62, 2006. [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/422/327>>.

PRIMO, Judite Santos - A museologia e as políticas culturais europeias: o caso português. Porto, 2007. Tese de doutoramento.

PRIMO, Judite Santos - Museus locais e ecomuseologia: estudo do projecto para o ecomuseu da Murtosa. Lisboa, 2000. Tese de mestrado.

PRIMO, Judite Santos - Pensar contemporaneamente a museologia. Cadernos de sociomuseologia [Em linha], n.º16, p. 5-38, 1999. [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/3780/1/Pensar%20contemporaneamente.pdf>>.

PROJECTO IMPROVE CENTER - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: as questões ambientais na estratégia das empresas [Em linha]. [Consult. 28 Mai. 2013].

Disponível na Internet:<URL:http://www.anje.pt/system/files/items/52/original/AmbienteeDesenvolvimentoSustentado_Asquest%C3%B5esambientaisnaestrat%C3%A9giadasempresas.pdf>.

REBELO, Cátia Filipa Cerqueira – Turismo “backpacker”: um retrato em Portugal. Leiria, 2012. Tese de mestrado.

Resistência timorense: arquivo e museu [Em linha]. Timor, 2005. [Consult. 2 Mai. 2012]. Disponível na Internet: <URL: <http://amrtimor.org/drt/index.php?lingua=pt>>.

RIBEIRO, Fernanda – Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património [Em linha]. Vol. 1 (2002), p. 97-110. [Consult. 28 Dez. 2012]. Disponível na Internet:<URL:ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>.

RIVIÈRE, Georges Henry - La Muséologie selon Georges Henri Rivière: cours de muséologie: textes et témoignages. Paris: Dunod, 1989

SÁ, António Pedro Ferreira Duarte de; *et al.* - Contributos para a monografia do Concelho de Mortágua. Mortágua: Câmara Municipal, 2001.

SALVADO, Maria Adelaide Neto; CARDOSO, Maria de Lurdes - Engenhos hidráulicos tradicionais. Castelo Branco: Instituto Politécnico, 1999.

SANTOS, Luís Miguel - A arquitetura no desenvolvimento sustentável: proposta para comunidades rurais de países em desenvolvimento. Coimbra, 2010. Tese de mestrado.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura – Reflexões sobre a nova museologia. Cadernos de Sociomuseologia [Em linha], n.º18. (2002). [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363/272>>.

SARAMAGO, José – Todos os nomes [Em linha]: Editorial Caminho, 1997. [Consult. 2 Jan. 2013]. Disponível na Internet: URL:<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fteopoetica.sites.ufsc.br%2Farquivos%2Fsaram>

ago%2Fdoautor%2Ftodos_os_nomes.pdf&ei=MyRpUuShBYSL7AbgiICIDw&usg=AFQjCNFifGLn_W8qt7j9yD4KbJudUtvTkA&sig2=wQVv0edb6GOTTqU30t4wvw>.

SCHNEIDER, Marco - Representação, realidade e comunicação mediatizada. Contemporanea, [em linha]. Vol. 8, nº 1 (2010). [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/download/3998/3400>.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; *et al.* – Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Luís - Casas no campo: etnografia do turismo rural em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

SILVA, Tiago Antero de Sousa - Porto re habitar a cidade: obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea. Coimbra, 2013. Tese de mestrado.

VERDASCA ANTUNES, Luzia Maria - Para uma nova arquitectura dos edifícios de arquivo em Portugal, Lisboa, 2010. Tese de mestrado.

VERDEGAIA - Património, museologia e ambiente: as nossas propostas [Em linha]. Vila Nova de Gaia. [Consult. 23 Mai. 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://www.verdegaia.pt/fcb_propostas.pdf>.

VIEGAS, João Carlos; MIRANDA, Jorge Augusto; LUCAS, Óscar - Moinhos de água do Concelho de Boticas [Em linha]. [Consult. 23 Mai. 2013]. Disponível na Internet:<URL:http://www.cm-boticas.pt/docs/livromoinhos.pdf>.

Decreto-Lei n.º 16/93. D.R. I Série. 19 (1993-01-23) 264-270.

Lei n.º 159/99. D.R. I Série. 215 (1999-09-14) 6301-6307.

Lei n.º 169/99. D.R. I Série. 219 (1999-09-18) 6436-6457.

Lei n.º 107/2001. D.R. I Série. 209 (2001-09-08) 5808-5829.

Resolução da Assembleia da República n.º 40/2007. D.R. I Série. 159 (2007-08-20) 5404.

Portaria n.º 412/2001. D.R. I Série. 90 (2001-04-17) 2243-2260.

Portaria n.º1253/2009. D.R. I Série. 199 (2009-10-14) 7635-7649.

Índice de gráficos, ilustrações e quadros

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Idade dos munícipes	48
Gráfico 2 - Sexo dos munícipes	48
Gráfico 3 - Estado civil dos munícipes	48
Gráfico 4 - Percentagem de mortaguenses com filhos	49
Gráfico 5 - Nível de escolaridade	50
Gráfico 6 - Ensino Superior	50
Gráfico 7 - Número de anos a residir em Mortágua	50
Gráfico 8 - Noção de Cultura.....	53
Gráfico 9 - Portugal poderá potenciar-se através da Cultura e do Turismo?.....	53
Gráfico 10 - Locais ou património com interesse em Mortágua	54
Gráfico 11 - Nível de satisfação em relação ao serviço cultural prestado	54
Gráfico 12 – Serviço cultural prestado por um país, cidade ou município que tenha impressionado	55
Gráfico 13 - Gestão cultural e o combater à crise financeira.....	60
Gráfico 14 - Visita a Arquivo Municipal.....	60
Gráfico 15 - Visita a museu	61
Gráfico 16 - Conhecimento do termo ecomuseu	62
Gráfico 17 - Tipos de sala para o museu	65
Gráfico 18 - Utilidade das infraestruturas.....	65
Gráfico 19 - Abertura ao fim-de-semana.....	65

Índice de ilustrações

Ilustração 1 -Localização geográfica do Concelho de Mortágua	7
Ilustração 2 -Esquema do Património Cultural.....	10
Ilustração 3 - Moinho da Figueira.....	77
Ilustração 4 -Moinho da Fraga.....	77
Ilustração 5 - Moinho Pataco	78
Ilustração 6- Moinho do Cadabite	79
Ilustração 7 - Três Moinhos	79
Ilustração 8- Moinho de Vale Giraldo	80
Ilustração 9- Moinho da Rocha.....	81
Ilustração 10 - Moinho da Ponte.....	81
Ilustração 11 - Dois Moinhos ou Moinho da Azenha.....	82
Ilustração 12 - Moinho do Juncal	82
Ilustração 13 - Moinho do Corgo.....	83
Ilustração 14 - Moinho de Vila Nova	84
Ilustração 15 - Lagar da Ramalheira.....	85
Ilustração 16 - Lagar da Ramalheira.....	85
Ilustração 17 - Convite para um jantar temático.....	117
Ilustração 18- Atividade "Fado no museu"	117
Ilustração 19 - Atividade "Jazz no museu"	118
Ilustração 20 - Atividade "Quintas com música no museu"	118
Ilustração 21 - Convite para uma exposição.....	119
Ilustração 22 - Atividade "Formação de conservação e restauro de livro"	119
Ilustração 23 - Atividades das "Jornadas Europeias do Património 2013"	120
Ilustração 24 - Tempo distribuído ao Moinho do Juncal	122

Índice de tabelas

Tabela 1 - Número de filhos	49
Tabela 2 - Meios de informação	51
Tabela 3 - Ocupação tempos livres	51
Tabela 4 - Outras ocupações dos tempos livres	51
Tabela 5 - Estação do ano como menos atividades culturais.....	52
Tabela 6 - Países sugeridos	55
Tabela 7 - Cidades sugeridas	56
Tabela 8 - Municípios sugeridos.....	58
Tabela 9 - Avaliação das características do arquivo.....	61
Tabela 10 - Avaliação das características do museu	62
Tabela 11 - Temas do museu	63
Tabela 12 - Outros temas para o museu.....	64

ANEXOS

Anexo A: Inquérito aos munícipes

Equipamentos Culturais

Com este questionário pretende-se recolher informações sobre o estado e o conhecimento geral dos munícipes sobre a Cultura e o seu impacto no Município de Mortágua. Este instrumento metodológico enquadra-se numa investigação no âmbito do Mestrado em Política Cultural Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a fim de que seja possível produzir a dissertação respetiva.

Trata-se de um questionário de resposta rápida e está feito de modo a que apenas tenha de assinalar a resposta que considera mais adequada e que melhor expresse a sua opinião, de acordo com as opções disponíveis.

Para que se sinta à vontade este questionário é de natureza confidencial. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu anonimato é respeitado.

DATA LIMITE PARA SUBMISSÃO DE RESPOSTAS: 30 de Junho de 2013.

Atenção: Todas as questões são de preenchimento obrigatório!

1. Idade

- Até 17 anos
- 18-24 anos
- 25-29 anos
- 30-39 anos
- Mais de 39 anos

2. Sexo

- Masculino
- Feminino

3. Estado Civil

- Solteiro
- Casado
- Divorciado/ Separado
- Viúvo
- Outro

Tem Filhos? Não Sim. Quantos? _____

4. Escolaridade

1º Ciclo (1.º- 4.º)	1º	<input type="checkbox"/>
	2º	<input type="checkbox"/>
	3º	<input type="checkbox"/>
	4º	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo (5.º- 6.º)	5º	<input type="checkbox"/>
	6º	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo (7.º- 9.º)	7º	<input type="checkbox"/>
	8º	<input type="checkbox"/>
	9º	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (10.º- 12.º)	10º	<input type="checkbox"/>
	11º	<input type="checkbox"/>
	12º	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior	Licenciatura	<input type="checkbox"/>
	Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
	Mestrado	<input type="checkbox"/>
	Doutoramento	<input type="checkbox"/>

5. Há quantos anos vive no Município de Mortágua?

0-10	11- 20	21-30	31-40	Mais de 41
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. O que entende por cultura? Como a identidade/caraterização de um grupo, uma região ou país?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Acha que Portugal poderá potenciar-se através da Cultura e Turismo?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Acha que Mortágua tem Locais ou Património de interesse Local, Nacional e Internacional?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Como classifica o seu nível de satisfação sobre o serviço cultural prestado pelo Município?

Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Há algum País, Cidade ou Município que o tenha impressionado pela qualidade e desenvolvimento no setor cultural que oferecem à sociedade?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Se respondeu “sim” na pergunta anterior, diga qual/quais foi/foram?

12. Acha que uma boa gestão dos serviços culturais poderá ajudar a combater a crise financeira que o país atravessa?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Conhece e/ou frequentou algum Arquivo Municipal?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Relativamente à existência ou não de um Arquivo Municipal indique o GRAU DE IMPORTÂNCIA que atribui a cada um dos seguintes aspetos:

	Nada Importante	Pouco Importante	Razoavelmente Importante	Importante	Muito Importante
14.1 – Função que desempenha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.2 – Valorização do Património Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.3 – Melhoria dos serviços Municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.4 – Contributo/Comunicação da História Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.5 – Conservação de Documentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.6 – Tipo de Documentação que alberga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.7 – Benefícios Sociais/Culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.8 – Perspetivas de desenvolvimento Económico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.9 - Educação, Formação, Investigação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Conhece e/ou Visitou algum Museu Municipal?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. Já alguma vez ouviu falar na expressão/conceito Ecomuseu?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Relativamente à existência ou não de um Museu Municipal indique o GRAU DE IMPORTÂNCIA que atribui a cada um dos seguintes aspetos:

	Nada Importante	Pouco Importante	Razoavelmente Importante	Importante	Muito Importante
17.1 – Função que desempenha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.2 – Valorização do Património Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.3 – Melhoria dos serviços Municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.4 – Contributo/Comunicação da História Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.5 – Apresentação e Conservação de Obras e Património	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.6 – Educação, Formação, Investigação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.7 – Benefícios Sociais/Culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.8 – Perspetivas de desenvolvimento Económico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Que tipo de temas/assuntos gostaria de ver abordados no Museu Municipal?

Tema/assunto	
18.1 – Exploração de Barro/ Cerâmicas do Concelho	<input type="checkbox"/>
18.2 – Agricultura, Água e Floresta	<input type="checkbox"/>
18.3 – Serrações	<input type="checkbox"/>
18.4 – Juiz de Fora	<input type="checkbox"/>
18.5 – Moinhos de Água e Vento	<input type="checkbox"/>
18.6 – Outro	<input type="checkbox"/>

19. Se respondeu “outro” na pergunta anterior, diga qual/quais tema(s) gostaria de ver, visitar ou recordar?

20. Considerando as questões anteriores, como gostaria que o Museu estivesse equipado:

Sala com Exposições Temporárias	<input type="checkbox"/>
Sala destinada à história do Município	<input type="checkbox"/>
Ambas	<input type="checkbox"/>

21. Vê alguma utilidade numa infraestrutura deste género para o município?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22. Se existissem este tipo de espaços, gostaria que estivessem abertos ao fim de semana?

SIM	NÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Como se mantém informado?

TV Jornal Revista Rádio Internet Biblioteca ou Arquivo

24. O que gosta de fazer no tempo livre?

Teatro Cinema Futebol Praia Concertos de Música

Outro. Qual? _____

25. Em que altura do ano entende que há menos atividades e ocupações culturais?

Inverno Primavera Verão Outono

Obrigado pelo seu contributo!

Anexo B: Atividades desenvolvidas no museu municipal de Ourém



Ilustração 18 - Convite para um jantar temático (fonte Museu Municipal de Ourém)



Ilustração 17- Atividade "Fado no museu" (fonte - Museu Municipal de Ourém)



Ilustração 20 - Atividade "Quintas com música no museu" (fonte - Museu Municipal de Ourém)



Ilustração 19 - Atividade "Jazz no museu" (fonte - Museu Municipal de Ourém)



Ilustração 22 - Atividade "Formação de conservação e restauro de livro"
(fonte - Museu Municipal de Ourém)



Ilustração 21 - Convite para uma exposição (fonte- Museu Municipal de Ourém)

**- OURÉM -
JORNADAS
EUROPEIAS DO
PATRIMÓNIO
- 2013 -**

DIA 19 - SETEMBRO
QUINTAS COM MÚSICA
NO MUSEU
 HORÁRIO: 19.00H
 CASA DO ADMINISTRADOR
 ENTRADA LIVRE

DIA 20 - SETEMBRO
OFICINA PEDAGÓGICA
"A ESCOLA DA MINHA VIDA"
 HORÁRIO: 10.00H E 15.00H
 CASA DO ADMINISTRADOR
 INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA
 PARTICIPAÇÃO GRATUITA

DIA 21 - SETEMBRO
ESPETÁCULO "QUERES SER
MINISTRO?" PELO GRUPO
DE TEATRO APOLLO
 HORÁRIO: 22.00H
 P. MOUZINHO DE ALBUQUERQUE
 ENTRADA LIVRE

DIAS 21 . 22 - SETEMBRO
VISITAS GUIADAS AO
CENTRO HISTÓRICO - VILA
MEDIEVAL DE OURÉM
 HORÁRIO: 10.00H E 15.00H
 INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA
 PARTICIPAÇÃO GRATUITA

INSCRIÇÕES

CASA DO ADMINISTRADOR - MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM - 3ª FEIRA A DOMINGO - 09.30/12.30H E 14.00/18.00H
 TEL 249 540 900 (EXT. 6831) TLM 919 585 003 E-MAIL MUSEU@MAIL.CM-OURÉM.PT




Ilustração 23 - Atividades das "Jornadas Europeias do Património 2013" (fonte - Museu Municipal de Ourém)

Anexo C: Documento relativo ao direito a horas

TEMPO DISTRIBUÍDO AO

MOINHO DO JUNCAL

ALBANO DIAS	30 horas	
HERD. JOSÉ MARGARIDA	28,20	"
" ANTONIO MELIAS	18	"
" JOÃO DIONIZIO	18,20	"
ANTÓNIO DO ACÁCIO	15	"
HERD. MANUEL VALENTE	-Joaquim Tavares 4,40	"
	-Fernanda Tavares 4,40	"
MANUEL DIAS	9,20	"
HERD. ADELINO VALENTE	9,20	"
HERD. MARIA ESTER VALENTE	9,20	"
ANTÓNIO DIAS	9,20	"
JOSÉ DIAS	9,20	"

165,40

$24 \times 7 = 168H$

Em 16-11-90

Ilustração 24 - Tempo distribuído ao Moinho do Juncal (fornecido por Albano Dias)